



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 472 - DE 9 A 23 DE MARÇO DE 2014 - R\$ 3,00

A crise estrutural do capitalismo potencia a luta de classes mundial



**Por uma Ucrânia Soviética
de operários e camponeses,
unida, livre e independente**

**Crise venezuelana:
Somente com os métodos da
classe operária, que expressa
o programa revolucionário,
se dissolverá o movimento
contrarrevolucionário**

**Adquira o
Programa do POR,
atualizado no
XII Congresso,
janeiro de 2014**



**Não há como ocultar a retração econômica do Brasil
A classe operária deve se preparar para
enfrentar os ataques da burguesia**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Responder com luta pelos empregos e salários

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil indicaram que houve um crescimento de 2,3% em 2013. Para o governo, foi um alívio. Tudo estava caminhando para um resultado menor. Como o PIB é soma de tudo que é produzido, esse índice de 2,3% corresponde à totalidade de bens e serviços. Não significa que houve um mesmo crescimento em todos os setores. Vejam: a indústria cresceu apenas 1,3%; os serviços, 2,0% e agropecuária, 7%. O que puxou para cima o índice foi o campo e não a indústria. Outro dado negativo é que o País mais importou do que exportou. Ou seja, as exportações foram de 2,5% e as importações, 8,4%.

O que representa isso para os trabalhadores?

Que os empregos nas fábricas não estão assegurados. O setor está à beira da retração, como já ocorre com o ramo têxtil. As montadoras estão se preparando para enfrentar a queda de consumo de carros. Basta ver o exemplo da GM de São Caetano e o recente fechamento da linha de produção do Classic de São José dos Campos. A

experiência nos mostra que os planos patronais são de demissões, suspensões temporárias, banco de horas, aumento da rotatividade e salários rebaixados.

Há algum tempo era o setor de serviços que crescia bastante e permitia manter o desemprego com taxas mais baixas. O índice agora de 2% mostra que os setores de comércio, call center, reparos, etc. estão com os pés no breque. A juventude, que busca aí o seu primeiro emprego, começa a sentir os efeitos desse baixo índice. Fato que se observa entre os jovens que frequentam as escolas e estão sem trabalho. E os economistas andam dizendo por aí que os jovens não querem nem trabalhar, nem estudar.

A agropecuária, que teve o índice maior, contrata muito pouco. A agricultura de exportação vem utilizando as máquinas desde o plantio até a colheita. Tem sido frequente a contratação temporária de operários

agrícolas. O que quer dizer que o elevado índice não corresponde ao aumento crescente de mão-de-obra.

Esses exemplos são indicadores de que a economia não anda bem. A inflação vem sendo controlada artificialmente. E o custo de vida está nas alturas. Os produtos que vão à mesa dos operários, os alugueis, tarifas e remédios não param de subir. Os explorados não têm nada a comemorar diante dos 2,3% de crescimento.

A classe operária e os demais explorados têm de ter um pé atrás diante desses números apresentados pelo governo. Não se deve alimentar ilusões. A economia mundial está em profunda crise. Basta ver que esse pequeno PIB de 2,3% do Brasil foi o terceiro maior do mundo. E não tem como a economia



brasileira dar um salto se o mercado mundial está retraído. O capitalismo é um sistema que integrou todas as economias do mundo, sob o comando dos monopólios imperialistas. Uma crise como essa que iniciou em 2008 golpeia a todos.

É tarefa dos sindicatos e das Centrais organizar,

desde já, a campanha em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas. Nada de esperar pelo pior.

É preciso uma campanha nas fábricas e nas ruas em torno das reivindicações que unificam todos os explorados e do método próprio da classe operária, que é a ação direta (mobilizações, manifestações, greves, bloqueios, etc.).

Os trabalhadores devem exigir dos sindicatos:

1. **Que se discutam em assembleias o desemprego e o subemprego;**
2. **Que aprovem o programa de defesa dos empregos;**
3. **Que organizem a campanha nacional de defesa dos empregos diante da crise econômica, sob a bandeira: QUE OS CAPITALISTAS ARQUEM COM SUA PRÓPRIA CRISE.**

O Estado-policial incrementa seu arsenal

Não restam dúvidas de que a escalada repressiva promovida pelo Estado brasileiro não se iniciou com as manifestações de junho de 2013, tem origem mais remota. Se puxarmos na memória, encontraremos – para não ir tão longe – a reintegração de posse da reitoria da USP em 2011, quando a ocupação dos estudantes que lutavam em defesa da universidade pública foi enfrentada por um aparato policial desproporcional, numa operação com evidente apelo midiático, visando a espalhar o medo. Mais ou menos à mesma época, as greves-levantes operárias nas obras do PAC, em portos e em Belo Monte se depararam com violenta repressão. Data desse período a criação pelo governo federal da Força Nacional de Segurança Pública.

Até mesmo a onda de manifestações de meados de 2013 teve como um de seus principais fatores o uso desmedido da violência por parte da polícia, algo que ocorre costumeiramente nas periferias. A repressão do dia 13 de junho é geralmente lembrada nesse sentido, mas não se trata de um ponto fora da curva. Os noticiários das últimas semanas têm sido tomados pelo tema da violência nas manifestações. O ápice se deu com a morte do cinegrafista Santiago. Violenta perseguição aos Black Blocs tem se desencadeado.

O Legislativo apresentou suas respostas com os PLS 728/2011 e 499/2013. Ambos possuem praticamente o mesmo conteúdo, ou seja, qualificam vagamente o que seriam atos de terrorismo. É clara a interferência norte-americana nessa questão, mas é igualmente evidente a influência exercida pela proximidade da realização de grandes eventos no país, como a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas. Contudo, o que não pode ser visto tão facilmente é a tendência de recrudescimento das leis em geral contra as manifestações de descontentamento dos explorados, que pode ser observada na crescente restrição ao direito de greve.

Todos esses fatores, em especial o último mencionado, possuem ligação com o avanço da crise do capitalismo. A classe

dominante e seus governos têm consciência de que a luta de classes tende a se expressar de forma cada vez mais aguda. Em função disso, têm se preparado para o enfrentamento, não só com leis mais duras, processos e prisões. Experiências têm sido feitas no que se refere ao choque direto entre as forças policiais e os manifestantes.

Exemplo disso foi o emprego da chamada Tropa do Braço em São Paulo, durante o segundo ato contra a Copa, no dia 22/02. Trata-se de um destacamento de policiais treinados em artes marciais. Seu uso foi amplamente noticiado como “alternativa” às balas de borracha e outros mecanismos condenados pelos organismos de direitos humanos. O que não passou de teatralização, pois a violência empregada pelos brutamontes foi extrema, além das bombas e balas de borracha terem sido utilizadas tal como antes. Até a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se pronunciou contra os “excessos” da operação, que resultou em mais de 260 prisões.

Agora, acaba de ser anunciado no Rio de Janeiro o protótipo de armadura apelidado de “Robocop”, equipamento de proteção usado “para conter Black Blocs”. Cerca de 200 agentes do Batalhão de Policiamento para Grandes Eventos usarão a roupa especial. Em São Paulo, a PM diz estar comprando quatro veículos com jato de água por US\$ 808.476,00 cada um. Além desses, serão comprados quatro blindados de porte médio e seis caminhões, para “controle de distúrbios civis e ações táticas”. A estimativa é gastar US\$ 15 milhões no total, o que equivale a aproximadamente R\$ 35 milhões.

O Estado-policial mostra suas armas. Compete aos partidos, organizações de direitos humanos e todas as demais entidades democráticas realizarem uma ampla campanha contra a repressão e a criminalização dos movimentos sociais. Campanha que deve se concretizar nas ruas, com o avanço das mobilizações, sendo assumida como parte da luta pelas reivindicações da classe operária e demais oprimidos.

Bahia

Partidos se movimentam frente as eleições

Nas últimas semanas, os partidos do governo e de oposição começaram a definir os nomes que farão parte das coligações para governador, vice-governador e senador nas eleições que se avizinham. O Partido dos Trabalhadores (PT), à frente do governo do Estado da Bahia, com Jaques Wagner, saiu na dianteira com a escolha do petista Rui Costa, secretário do governador, para candidato a governador na chapa da situação e conta com o apoio de partidos como PDT, PCdoB, PSD e PP. O atual vice-governador, Otto Alencar (PSD) é o candidato para o Senado. A disputa entre esses partidos se refere agora à indicação do nome do vice-governador, que, segundo Jaques Wagner, deveria ser uma mulher. Notemos que a base de apoio do governo de Dilma se reflete também na Bahia, com exceção evidentemente do PMDB, que se encontra na oposição. A base de apoio dos governos petistas indica o quanto o PT depende das oligarquias para manter a chamada governabilidade.

Na oposição de direita, continua a indecisão quanto aos nomes que vão compor a coligação. Geddel Vieira (PMDB) e

Paulo Souto (DEM) disputam a cabeça de chapa. O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), cava uma aliança para que a oposição de direita saia unida para enfrentar o candidato do governo. Quanto aos nomes para vice-governador e senador, ainda não há definição. O PSDB está enfraquecido no estado e tenta se contentar com a indicação de João Gualberto (PSDB) como candidato a vice. Esse partido procura se recompor no estado, depois das derrotas sofridas. O pilar dessa recomposição é o atual prefeito de Salvador, ACM Neto.

Quanto a chamada Frente de Esquerda, não há até o momento um entendimento entre PSTU, PSol e PCB. Nacionalmente, o PSTU já lançou um chamado ao PSol e ao PCB da frente, com Zé Maria à cabeça da chapa, mas o PSol, ignorando claramente o chamado do PSTU, definiu como pré-candidato à presidência o nome do atual senador Randolfe Rodrigues (AP). O PCB, por sua vez, lançou o nome de Mauro Iasi como pré-candidato à presidência. Na Bahia, não há ainda sinais de que a frente de esquerda sairá, pelo menos até agora. Em termos

programáticos, o PSol se mostra claramente como um partido reformista, que há muito procura gerenciar o Estado capitalista, recebe dinheiro de empresas e faz alianças com partidos da burguesia. O PSTU, por sua vez, maneja a estratégia de governo dos trabalhadores, saído das eleições, como instrumento para colocar o Estado burguês a serviço dos trabalhadores. A tática derivada desta estratégia é a constituição de frentes eleitorais de cúpula, sem um programa claro de combate ao Estado burguês e ao capitalismo apodrecido. O PCB, por sua vez, maneja a estratégia de “poder popular”, de caráter políclassista (burguês) como forma de atrair apoiadores.

O POR está obrigado a intervir nas eleições nacionais e nos

estados, como na Bahia, enquanto existirem ilusões democráticas nos trabalhadores e demais explorados. Mas o faz sob a estratégia clara e definida: a Revolução Proletária. Sua intervenção eleitoral é no sentido de desfazer essas ilusões no Estado, no parlamento e na democracia burguesa. Articula a denúncia da exploração dos trabalhadores e do caráter de classe do Estado, dos governos, da democracia e do parlamento, com a defesa das reivindicações elementares das massas exploradas. A atuação nas eleições está subordinada ao método da ação direta. O objetivo central é avançar na organização, mobilização e luta dos explorados e desenvolver a consciência de classes da necessidade de destruição do capitalismo.

O prolema da moradia em São Paulo não será resolvido pelos governos

Os trabalhadores convivem com vários problemas na cidade de São Paulo. Transporte, educação, saúde, saneamento básico e moradia são alguns destes que a cada governo se espera que sejam solucionados. A maioria dos trabalhadores vive com salários miseráveis, não podendo arcar com serviços privados. Portanto, dependem dos governos para que estes problemas possam ser resolvidos.

Com a eleição do governo de Fernando Haddad/PT, as lideranças do movimento sem-teto esperavam uma melhora nas condições de moradia. Pagar um aluguel ou morar em locais inapropriados, sem saneamento básico, sem creches, sem postos de saúde, sem linhas de transporte público, precariza ainda mais suas condições de vida. Uma parcela significativa de seu salário é utilizada para o pagamento de aluguel. Uma parte muito pequena resta para outros serviços importantes para sua sobrevivência e de sua família. Sendo assim, fica na espera dos projetos do governo para ter um lugar onde morar.

O Governo

Segundo o Plano Diretor da Cidade de São Paulo, há um déficit habitacional em torno de 200 mil moradias. No entanto, segundo o próprio vereador do PT, Nabil Banduk, responsável pela revisão do Plano Diretor, o déficit habitacional pode chegar até a 400 mil casas. Esse número, de acordo com os próprios petistas, não será alcançado por inteiro pelo Plano Diretor. Ainda de acordo com os projetos do governo, 23% das áreas de São Paulo será destinada à construção de novas moradias e nas regiões onde o transporte público é farto. Esse percentual é ínfimo diante do déficit existente. Deste valor, uma parte será destinada a moradias nas regiões centrais, onde a faixa de renda chega a seis salários mínimos. Outra forma de incentivar a construção de habitações será utilizar a iniciativa privada, barganhando com estes os terrenos que possuem em regiões de interesse do governo. Ou seja, se pagará um valor acima do mercado para os especuladores do mercado imobiliário. Em síntese, o número de moradias que o governo petista prometeu construir até o final de seu mandato é insignificante diante das necessidades, ou seja, apenas 55 mil moradias. A conclusão que

chegamos é de que os trabalhadores da periferia que vivem em condições desumanas de moradia não serão beneficiados com esse plano. Resta então, aos movimentos de moradia, lutar pela ocupação de prédios e terrenos públicos como forma de sanar este grave problema.

Os Movimentos de Moradia

Durante o ano de 2013, os movimentos de luta pela moradia, com o método correto, promoveram diversas ocupações a prédios públicos e terrenos abandonados. Exemplos disso são as ocupações no Jardim Ângela (Nova Palestina), que contam com 8.000 sem-teto acampados e do edifício São Samuel, no centro de São Paulo, que contam com 700 famílias. Além desses, há 47 prédios ocupados, totalizando 4 mil famílias. A reivindicação central dos sem-teto da Nova Palestina é de que o governo construa um conjunto habitacional, financiado pela CEF, que atenda a todas as famílias; para os do edifício São Samuel, a reivindicação é de desapropriação do prédio e entrega às famílias ocupantes, já que os proprietários do prédio estão em dívida com o governo.

Como sempre, o governo faz promessas vazias. Diz que irá construir casas para os sem-teto, mas ao mesmo tempo oferece em troca a mísera bolsa-aluguel de R\$300,00 e um cadastro das famílias em programas de moradia. Na verdade, essa é a forma que os governos utilizam para desmobilizar os movimentos. O governo petista não será diferente. Inclusive já informou cortes nos gastos de desapropriação. Portanto, o movimento não pode depositar no governo nenhuma confiança para a solução do problema da moradia na cidade de São Paulo.

A reivindicação de moradia para todos esbarra nos interesses dos capitalistas do mercado imobiliário, que utilizam a moradia como mercadoria que gera rios de dinheiro. Logo, não será resolvida no capitalismo. O movimento dos sem-teto em unidade com outros movimentos e com a classe operária, sob o programa da revolução social, colocará fim a essa mazela criada pelo capitalismo e pela burguesia. Por isso, é urgente a construção do Partido Operário Revolucionário.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Terceirizados da Petrobrás: precarização e subemprego frequente

Mais de 319 mil trabalhadores estão na situação de terceirizados na Petrobrás. Espalhados por todo país, recebem menos, têm menos direitos, vivem sob a ameaça do desemprego (com o fim dos contratos) e, inclusive, do não pagamento dos salários. No Rio de Janeiro, há processo do Ministério Público do Trabalho contra a Petrobrás em função dos terceirizados, que constantemente recebem atrasado ou não recebem os vencimentos.

Esse é o retrato da exploração capitalista: uma das maiores empresas do mundo, a Petrobrás, utiliza-se da terceirização como meio de diminuir sua folha de pagamento. Quando há algum problema, como o não recebimento dos salários, o não reajuste anual e a falência das empresas, a Petrobrás se desresponsabiliza, alegando que os trabalhadores devem tratar diretamente com as empresas contratadas.

No Litoral Norte paulista, o uso dos terceirizados é prática recorrente. São contratados, via empresas, para obras de perío-

do determinado. Seu número diminui ou aumenta conforme as necessidades da Petrobrás (períodos de manutenção, abertura de novas unidades de tratamento de gás, como em Caraguatatuba, etc.). Sem “demanda”, são demitidos do dia para a noite. Vemos agora em 2014, com menos trabalhadores contratados, estão trabalhando nas obras da Petrobrás, em São Sebastião. Esses operários não podem participar das campanhas salariais dos funcionários concursados, pois elas ocorrem em períodos diferentes. Estão isolados politicamente e enfraquecidos economicamente.

A campanha dos trabalhadores da Petrobrás deve ser pela EFETIVAÇÃO DE TODOS OS CONTRATADOS. A garantia da estabilidade é necessária frente à exploração capitalista. Fim dos contratos com as empresas e defesa de incorporação, por meio da EFETIVAÇÃO, para todos os trabalhadores terceirizados. Assim, podemos resolver o problema do subemprego e da intensa exploração sobre os operários.

Rondônia

Governantes e os empresários das usinas tentam esconder a causa das enchentes

A enchente do rio Madeira continua fazendo vítimas na capital e em vários municípios do estado de Rondônia. O avanço das inundações já chega ao nível de aproximadamente 19 metros e continua subindo em média de 5 centímetros ao dia. No mês de março, segundo os órgãos responsáveis por essa metragem, chegará a 19,15 metros, isso significa que um número maior de pessoas será atingido. São mais de 8.000 pessoas desabrigadas em todo estado. Os distritos de São Carlos e Nazaré já estão debaixo d'água, toda lavoura das regiões atingidas foram perdidas e as moradias danificadas pelas águas.

São 2.041 famílias que perderam tudo e estão espalhadas em 43 abrigos de Porto Velho e em outros distritos, ou em casas de parentes à mercê da filantropia dos órgãos do Estado. Diante da tragédia, não faltam politikeiros que se aproveitam para ganhar votos.

A situação fica mais calamitosa porque junto com os alagados e com as improvisações (barracas e abrigos) chegam as doenças. A dengue, malária e leptospirose proliferam. O governo, temendo o avanço dessas doenças, instalou o Navio de Assistência Hospitalar Oswaldo Cruz, da Marinha do Brasil, ancorado no Porto Graneleiro em Porto Velho, para atender as vítimas das doenças. Porém, as condições são precárias para atender as centenas de famílias vítimas das enchentes.

Quem são os responsáveis?

O governo e os empresários das usinas tentam justificar as enchentes alegando que se tratam de degelos na costa andina na altura do Peru e da Bolívia. Tudo para se livrar da responsabilidade de terem destruído parte da natureza para a construção das usinas. Desde o início das obras, os impactos ambientais foram violentos. Nunca se teve tamanha inundação. Nunca se teve tamanha destruição!

As alagações não se restringiram ao estado de Rondônia. Chegaram às rodovias que ligam ao Acre, à fronteira com a Bolívia e seguiram pela Transamazônica. Há denúncias que as áreas alagadas podem ser maiores. Os efeitos são desastrosos: milhares de cabeças de gado foram mortas e centenas de pessoas morreram.

Os operários das usinas, os ribeirinhos e a população pobre têm de responsabilizar os verdadeiros responsáveis pelas mortes, pelas perdas na agricultura, pela destruição de suas casas. Os culpados são os capitalistas e seus representantes no governo. Nada de se iludir com as justificativas dos burgueses. Nenhuma ilusão nas promessas dos politikeiros que exploram a miséria do povo.

Unir os desabrigados com os explorados em geral para exigir a reposição das perdas.

Os empresários já ganharam rios de dinheiro com essas usinas. Prometiam o desenvolvimento do estado. Estão, na verdade, deixando enormes prejuízos ambientais e para a população pobre, mais miséria. Aos milhares de operários, deixarão o desemprego.

Para enfrentar tamanha desgraça, o caminho é o da luta coletiva. Os operários das usinas de Santo Antônio e Jirau, os ribeirinhos, os camponeses, os indígenas, os quilombolas e demais explorados de Porto Velho e das cidades alagadas devem se unir em defesa das reivindicações que reponham as perdas, que garantam os empregos e os salários. Que os sindicatos tomem em suas mãos a luta por essas reivindicações, por meio da ação direta. Ou seja, manifestações, bloqueios e ocupações. Somente a luta coletiva e nas ruas poderá responsabilizar os verdadeiros culpados pelas enchentes e pela miséria que se alastra por todo o estado.

Rio Grande do Norte – Governo Rosalba/DEM corta o salário de grevistas

Trabalhadores em educação mantêm a greve

O governo Rosalba/DEM, em plena greve, acaba de assinar um contrato milionário com agências de publicidade na ordem de R\$ 25 milhões. Ao mesmo tempo, corta os salários dos grevistas.

Há mais de um mês em greve, sob ameaça do governo, os trabalhadores resistem à truculência de Rosalba/DEM e Betânia Ramalho (secretária de educação). Sem nenhuma negociação, desconhecendo que as escolas estão paradas, o governo usa a imprensa burguesa para tentar colocar a população contra os grevistas.

A secretária Betânia Ramalho, uma burocrata da UFRN, foi indicada pelo petista Ivanildo Rego para assumir a pasta no governo do DEM. Tem agido de forma autoritária e perseguido os grevistas. A secretária publicou as condições para os professores receberem seus salários que foram cortados: têm de repor todas as aulas, criou-se uma Comissão de Acompanhamento do Plano de Reposição dos Conteúdos (CAPRC) e obrigatoriamente deverão apresentar um PRC (Plano de Reposição de Conteúdos). As aulas deverão ser compensadas aos sábados, domingos, feriados e em janeiro de 2015, menos no período da Copa, período instituído para as férias. A comissão do governo só aceitará o plano de reposição com assinatura do setor pedagógico ou presidente do conselho escolar. Essas são algumas medidas ditadas pela secretária, mas que foram rechaçadas pelos grevistas.

O corte de salário se deu sem que o governo solicitasse na Justiça o julgamento de abusividade da greve (ilegalidade). Durante todo o mês, foi essa a ameaça central do governo. Exigiu que os diretores de escolas, todos eleitos pela comunidade escolar, dedurassem o nome dos grevistas. Havendo uma recusa de grande parte das direções de escola, o governo “escolheu” alguns trabalhadores para cortar os salários, número bem abaixo da realidade que está em greve, pois apenas 787 professores tiveram os salários cortados. Isso não serviu para dividir os trabalhadores, pelo contrário, a greve ficou mais fortalecida. Na assembleia (07/03), a resposta foi de continuidade da greve, aprovando ato público e manifestação na rua.

TRABALHADORES aprovam manifestação de rua contra

Bahia

Balanço do II CoREEF da ExNEEF – região nordeste

Nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro de 2014, ocorreu, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), na cidade de Aracaju, o II Conselho Regional de Entidades de Estudantes de Educação Física (CoREEF), fórum da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) que reuniu Centros e Diretórios Acadêmicos da região nordeste das seguintes universidades: Universidade do Estado da Bahia (UNEB – campus de Alagoinhas), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE – campus de Recife), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE – centro acadêmico de Vitória), além da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

a repressão do governo

Desde o início da greve, a Corrente Proletária se posicionou sobre a pauta defendida pela burocracia do Sintep/PT. Esta mesma pauta foi rebaixada ainda mais, limitando-se a três pontos: aprovação da lei que muda o porte das escolas, pagamento de 8% do piso salarial nacional, pagamento de uma letra no plano de cargos (mudança por tempo de serviço) que fazia parte da greve de 2013 e que o governo não cumpriu. Agora o discurso da direção é de que, se o governo votar esses pontos, a greve será encerrada. Uma direção sindical que está sendo escoraçada pelo governo do DEM se recusa a enfrentá-lo.

Essa postura da burocracia tem servido de freio à luta. As atividades aprovadas são distracionistas, como por exemplo passar a semana inteira esperando o governo mandar os projetos para aprovação. A Corrente Proletária denuncia esta prática e defende uma greve radicalizada, com manifestação de rua. Mais uma vez essa proposta foi aprovada, no entanto, a burocracia usa todas as formas para desgastar para depois colocar a culpa nos grevistas.

Por outro lado, a oposição CSP-Conlutas atua na greve com claro objetivo de se fortalecer eleitoralmente. Essa política da Conlutas/PSTU se confirma. Não apresenta propostas de luta e fortalecimento da greve. Assim, sua militância atua timidamente. Seu marco de atuação na greve foi a divulgação do bloco de carnaval do “Cuscuz Alegado”, bloco de Amanda Gurgel/PSTU. O POR, em contraposição a esta postura de transformar em festa a greve, propôs que o sindicato fizesse protesto contra os ataques do governo. Protestos que relembrassem as formas de lutas históricas do movimento operário, onde os trabalhadores ocupam as ruas de punhos erguidos e gritam suas palavras de ordem. Não com “bandinhas”, bumbos, blocos carnavalescos ou festinhas. Para responder ao POR, o PSTU e PT tiveram de fazer coro e defender que “o trabalhador também tem direito à diversão”.

Essa greve é mais uma lição de luta para os trabalhadores em educação, que já foram derrotados em greves anteriores pela burocracia petista. Para derrotar essa política impregnada na direção do sindicato, é necessário formar uma fração revolucionária.

Tendo em vista que o I CoREEF, realizado entre os dias 17 e 19 de janeiro de 2014, no campus da UNEB, sediado em Alagoinhas – BA, definiu o tema (“Da Copa eu abro mão!”) e a programação do XXI Encontro Regional de Estudantes de Educação Física (EREEF), que acontecerá no mês de abril, entre os dias 17 e 20, o II CoREEF dedicou-se a discutir os assuntos que serão debatidos nesse encontro. Na ocasião, a Corrente Proletária Estudantil (CPE), do Partido Operário Revolucionário (POR), contribuiu principalmente com as discussões referentes ao Movimento Estudantil, Universidade e megaeventos esportivos.

Na discussão sobre Movimento Estudantil, o POR buscou demonstrar o equívoco da tese da “reorganização do movimen-

to estudantil”, que vigora nos fóruns da ExNEEF a qual conduziu à ruptura da executiva com a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 2008, por não fazer uma análise consequente do programa defendido e implementado pela direção dessa entidade que, em nenhum momento de sua história, defendeu o fim da coexistência entre o ensino público e privado através da expropriação das instituições privadas e a constituição de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado por quem estuda e trabalha, havendo, com isso, uma lacuna na organização da luta estudantil em âmbito nacional que somente a ExNEEF não é capaz de superar. Defendemos, portanto, a luta contra as burocracias incrustadas nas organizações estudantis e a defesa de um conjunto de reivindicações que unificam o movimento estudantil em torno da defesa da educação pública.

No debate sobre a Universidade, o POR defendeu que a democracia universitária só será instituída com a constituição do governo tripartite, composto por estudantes, professores e

técnico-administrativos, implantação do voto universal para todos os cargos com mandatos revogáveis e realização da assembleia geral universitária como instância soberana de discussão e deliberação.

Na discussão do ponto megaeventos esportivos, o POR defendeu a integração da ExNEEF ao movimento “Não vai ter Copa!” e a unidade com as lutas dos trabalhadores e demais explorados, em torno de reivindicações classistas como a defesa do salário mínimo vital com escala móvel de reajuste, corrigido automaticamente de acordo com a inflação; garantia de emprego a todos aptos a trabalhar por da escala móvel das horas de trabalho; defesa de sistemas únicos públicos de saúde e educação e estatização, sem indenização, do ensino privado, sob controle dos trabalhadores. As intervenções do POR no II CoREEF da ExNEEF (região nordeste) visaram à mobilização, organização e luta dos estudantes sob a base de um programa de reivindicações transitórias que conduzirão à revolução proletária no Brasil.

8 de março – Pelo fim de todas as formas de opressão e discriminação

Empunhar as bandeiras que unificam os explorados contra o sistema capitalista, raiz da opressão e discriminação

Muito se tem escrito e falado em relação à discriminação e opressão contra as mulheres. Estas são vítimas das jornadas estafantes, tanto no trabalho quanto na vida familiar. Dados indicam que aumentou o número de mulheres no mercado de trabalho, mas não se eliminaram as desigualdades entre homens e mulheres. Estas continuam executando as mesmas funções, com salários menores. Em casa, são elas que arcam com as responsabilidades dos filhos e do lar. Tem se “naturalizado” a exposição da violência contra a mulher. Denúncias estão por todos os lados sobre os assassinatos e estupros de mulheres e meninas por seus companheiros ou familiares. Essa é a demonstração de que a burguesia e seus governantes são incapazes de pôr fim a todas as brutalidades.

Por outro lado, diante dessa monstruosidade, têm surgido movimentos que se limitam a combater o machismo, a exigir leis mais punitivas e adoção de “políticas afirmativas”. São protagonizados pela pequena burguesia, que aproveita a situação para qualificar o problema como se fosse de gênero (homem-mulher), como se a fonte da opressão da mulher estivesse no homem e não da opressão de classe. E a partir disso criar reivindicações de natureza estritamente feministas. O feminismo pequeno-burguês tem atribuído ao “machismo” a culpa da violência que se prolifera sobre as mulheres. O dado de que 15 mulheres são assassinadas por dia no Brasil é estardaloso. Mas não será atacando o “machismo” da sociedade de classe que haverá uma igualdade de “gêneros” e se extinguirá a violência. Essa política de tomar a opressão como um fim em si mesmo acabou gerando confusões e alimentando a falsa ideia de que é possível conter essa brutal violência a partir da educação/coerção do homem/pai em relação às mulheres. A opressão e com ela a violência são geradas pela divisão de classes. Não há educação/coerção no mundo que elimine essa

fonte de opressão.

Não por acaso, o dia 8 de março foi transformado em uma festa das feministas contra os abusos machistas e pela aplicação de leis, como a da Maria da Penha. A cor lilás das camisetinhas, bumbos, laços e bexigas enfeitam essas manifestações. A bandeira “por uma sociedade sem machismo e sem exploração!” é equivocada e despolitiza a luta dos oprimidos contra a sociedade capitalista. Porque, ao propor a luta contra o machismo sem atacar suas bases materiais, permite que estas se mantenham e com elas a opressão à mulher. A bandeira correta é de acabar com a sociedade de classe para acabar com toda forma de opressão, por meio da revolução proletária.

Como se vê, há uma deturpação na luta contra a opressão às mulheres. Isso ocorre porque não está presente a política da classe operária, com o programa de defesa da vida das massas, expresso em suas reivindicações vitais contra a brutal forma de exploração e opressão sobre a maioria. A defesa das mulheres é parte desse programa. Assim, suas reivindicações específicas, como a proteção à maternidade, se inserem no plano mais geral de defesa da vida dos explorados.

A política burguesa toma a violência contra as mulheres como casos isolados de natureza comportamental (distúrbios mentais, emocionais). Ou procura conter os excessos com campanhas de direitos humanos, legislação e ação policial. Exemplos: a Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, direitos civis aos homossexuais (casamento civil), etc. Nada disso elimina a violência contra a mulher, as crianças, homossexuais, negros, etc. A burguesia é incapaz de solucionar os problemas de discriminação e opressão, porque implicaria transformar a sociedade capitalista e com ela a propriedade privada dos meios de produção. Isso não quer dizer que não devemos defender e exigir leis de proteção às mulheres,

negros, etc., mas com o intuito de mostrar que são ponto de partida para avançar a luta pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Os grandes meios de comunicação, como porta-vozes da burguesia, utilizam os acontecimentos trágicos para exigir uma legislação mais dura aos indivíduos praticantes dos abusos e crimes, a exemplo da redução da maioridade penal. Portanto, transformam um problema social em um desvio de condutas individuais. Contra essa campanha odiosa, é nosso dever responder nas ruas levantando as reivindicações que unificam os explorados contra os exploradores e sua imprensa.

É fato: crescem a discriminação e os crimes contra as mulheres. É bom lembrar que não é fenômeno restrito às mulheres, mas atinge de conjunto a população pobre, geralmente negra. Não se trata de opressões, mas da opressão de classe. Dessa opressão surgem as mais variadas formas de discriminação e violência (spancamentos, assassinatos, discriminações no trabalho, etc.). Portanto, o problema está na sociedade de classe, que se desintegra. E sua decomposição expõe a barbárie social. Transformar a opressão capitalista sobre a mulher em uma opressão machista significa desviar a luta para o campo individual, comportamental e cultural. Não é por acaso que todos os reformistas acreditam na possibilidade de harmonizar os homens com as mulheres por meio de campanhas de “conscientização”, “cidadania”.

Nos bairros operários, onde a pobreza e a marginalidade caminham juntas, as relações familiares se esfacelam da noite para o dia. Vêm se naturalizando crimes que há pouco tempo atrás eram inconcebíveis, como o de pais assassinarem seus filhos e vice-versa; companheiros matarem suas companheiras. Esse retrato nada mais é do que a manifestação do quanto o tecido social está apodrecendo.

Assim, companheiros (as), neste 8 de março, é preciso dar um passo na compreensão da raiz da opressão e de todas suas formas de violência. Dizemos: sua raiz se encontra no sistema de exploração do trabalho, que dividiu a sociedade em classes.

Bahia

Partido Operário Revolucionário (POR) realiza formação e debate sobre a questão da mulher

A partir do dia 8 de março o Partido Operário Revolucionário (POR) realiza em Salvador-BA uma formação sobre a opressão da mulher no capitalismo e o seu papel no processo revolucionário. A formação terá continuidade nos dias 15, 22 e 29 de março, a partir da leitura e discussão dos folhetos “A mulher no processo revolucionário” e “A doutrina comunista do casamento (David Riazanov)”, ambos publicados pelo partido. Esta formação tem por objetivo precípuo contribuir com o desenvolvimento da consciência política e organizativa da luta revolucionária de mulheres e homens pelo fim de todo tipo de opressão, o que supõe a luta pela destruição do capitalismo.

Com a desintegração do sistema capitalista, todas as chagas dessa sociedade vêm à tona. Entre elas as barbaridades cometidas contra as mulheres.

Neste 8 de março, é fundamental dar um passo à frente, rechaçando os festejos feministas pequeno burgueses e erguendo as reivindicações de proteção à vida da mulher, entre elas a da maternidade, o direito às creches públicas, a defesa da saúde e educação gratuitas, direito ao aborto, salário igual para trabalho igual, etc.

Neste 8 de março, é nossa tarefa unir os explorados, discriminados e oprimidos por meio das reivindicações de trabalho a todos (escala móvel das horas de trabalho), salário mínimo vital (que nenhum trabalhador seja homem ou mulher receba menos que R\$ 4.000,00), estabilidade no emprego, direito à saúde e educação gratuitas. O ponto de partida, como se vê, está nas reivindicações que unificam os explorados contra a burguesia e seus representantes no governo, que se combinam com a estratégia de derrocada do sistema capitalista. Nenhuma divisão entre homens e mulheres oprimidos, entre brancos e negros explorados. A luta pelo fim toda sorte de discriminação e opressão é parte do programa da classe operária para pôr fim à sociedade de classe.

Neste 8 de março, lutemos contra a violência racial, sexual e nacional, que atinge as etnias indígenas que estão sendo golpeadas pelos interesses capitalistas. Responsabilizemos a burguesia e seu Estado pelo avanço da opressão.

Neste 8 de março, defendamos o programa da revolução e ditadura proletárias, única via para pôr fim ao sistema capitalista, fonte de todas as chagas dessa sociedade. Façamos das reivindicações contra a opressão social e nacional o ponto de partida para a luta por uma sociedade socialista.

Pelo fim de todas as formas de opressão e discriminação!

Unir homens e mulheres oprimidos em torno do programa proletário de fim do sistema capitalista.

Como diz Trotsky “mudar a raiz da situação da mulher não será possível até que não mudem todas as condições de vida social, familiar e doméstica”. A libertação das mulheres passa pela convicção de que somente se articulando às lutas dos trabalhadores e demais explorados poderá libertar-se de maneira completa e definitiva. Suas reivindicações devem se vincular a estratégia do proletariado. A luta pela emancipação da mulher é parte da luta pelo fim da sociedade de classes, baseada nas relações de propriedade privada. É parte da luta pelo socialismo. A formação inclui um debate sobre o tema, que será realizado no dia 22 de março na Faculdade de Educação da UFBA.

**Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada.
A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Nesta edição:

- A classe operária mundial deve se colocar diante da crise ucraniana sob a bandeira: “Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.”
- Argentina: Preparemos já uma grande luta nacional para derrotar o ataque mais violento às condições de vida dos últimos anos
- O fundamental da crise venezuelana

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



A classe operária mundial deve se colocar diante da crise ucraniana sob a bandeira: “Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.”

A derrubada do governo de Yanukovich potenciou a crise política. A Criméia não acatou o golpe de Estado desfechado pelo Parlamento. Estabeleceu-se uma clara divisão entre o oeste e leste do País. A Rússia movimentou tropas num visível sinal intervencionista. Os Estados Unidos e a OTAN se colocaram em defesa do governo provisório. O imperialismo norte-americano viu a possibilidade de reduzir a influência da Rússia na região e ampliar a sua penetração.

A crise que se iniciou em 21 de novembro com a negativa de Yanukovich de assinar o acordo de adesão à União Europeia expressa a impossibilidade da Ucrânia de ocupar um lugar de República burguesa independente perante as potências. Ou se mantém sob a guarda da Rússia restauracionista ou dos Estados Unidos. Em qualquer das hipóteses, a Ucrânia não passará de uma semicolônia.

O nacionalismo ucraniano – em suas mais diferentes variações – colocará o País sob as ordens dos Estados Unidos e da Europa Ocidental ou se atará ainda mais à Rússia cujos interesses capitalistas são implacáveis. Não há saída progressista em qualquer das vias em disputa. Não são iguais, evidentemente. A Ucrânia vinculada ao imperialismo europeu e norte-americano fortalecerá o domínio mundial das potências na situação de desintegração do capitalismo. É preciso que o proletariado e os camponeses ucranianos despertem para essa situação. No entanto, a Rússia somente tem a oferecer a continuidade da opressão nacional, que deverá se agravar com o avanço da restauração capitalista.

O imperialismo americano-europeu e domínio russo levarão à divisão da Ucrânia às últimas consequências. Acima de tudo estão os interesses dos capitalistas e das oligarquias burguesas que se formaram no processo de reconversão da propriedade social dos meios de produção em propriedade privada. As forças políticas que hoje despedaçam a Ucrânia são aquelas que ontem se potenciaram com a destruição das conquistas da Revolução Russa e com os retrocessos nas transformações socialistas.

O fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi uma vitória do imperialismo. A burocracia estalinista e os PCs são

os responsáveis históricos. O desmembramento das nações que a compunham ocorreu pela irrupção das forças centrífugas da restauração capitalista. O nacionalismo estalinista serviu às suas pressões, impulsionadas pelo imperialismo. Explodiram no início dos anos 90 os liames da opressão nacional que começaram a ser eliminados no período revolucionário até a morte de Lênin em 1923.

Com a política do nacionalismo estalinista, se interrompeu o desenvolvimento da unidade socialista e se impuseram novas condições de opressão nacional em nome do comunismo. Não é preciso relatar a tragédia do campesinato ucraniano sob a coletivização forçada imposta pela ditadura bonapartista de Stálin (assim Trotsky a qualificou no momento). É por demais conhecida.

Ocorre que as repúblicas erguidas sobre a base da restauração servem tão-somente à reconstituição da burguesia. Os explorados voltam à condição de escravos do capital e da política de subserviência dos governos burgueses. Por essa via, não se conquista a real independência e autodeterminação nacional. Não se pode compreender o que se passa no oeste do País e particularmente na capital Kiev sem se partir da raiz dessas contradições.

Impressiona o fato do imperialismo estadunidense e europeu encontrar as portas abertas do oeste para impor novas condições para o processo de restauração na Ucrânia e, em última instância, na própria Rússia, que deve se tornar numa semicolônia. O capital financeiro e as multinacionais vêm forçando passagem em meio à lentidão da burocracia restauracionista e da oligarquia que dela nasceu e se nutriu.

A Praça da Independência se tornou uma grande trincheira das forças ocidentais pró-imperialistas. Passou a ser uma tribuna do senador republicano John McCain, um dos mais destacados arautos do intervencionismo militar dos Estados Unidos. Não é de estranhar o fato de as milícias e facções nazifascistas ganharem tamanha proporção ao ponto de fazerem do Partido Liberdade (Svoboda), que se reivindica do legado nacional-socialista (nazista) de Hitler, uma das forças que negociaram a derrubada do governo de Yanukovich no parlamento.

A frente ampla que sustentou o combate a favor do ingresso da Ucrânia na União Europeia e pela derrubada do governo - Yanukovich - achou mais conveniente se vender à Rússia - canalizou o descontentamento de parcela das massas. Não se pode apressadamente qualificar essa parcela de explorados como base de apoio do fascismo. Mas não se pode deixar de reconhecer que esteve e está sob a direção do nacionalismo retrógrado e de forças pró-imperialistas. Não pode dar um passo adiante pela independência e unidade da Ucrânia sob a política dos partidos manejados pela oligarquia e pelo financiamento proveniente do imperialismo.

A maioria da população não compreende o significado da ação burguesa e pequeno burguesa de derrubada da estátua de Lênin. É certo que o revolucionário bolchevique passou a ser confundido com o contrarrevolucionário Stálin. A derrota da Oposição de Esquerda Russa e a liquidação física da oposição internacionalista impossibilitaram desenvolver um movimento no seio do proletariado e das massas de maneira a desfazer a identificação do leninismo com o estalinismo. A Ucrânia foi fundamental para a consolidação da Revolução Russa. Os operários e camponeses ucranianos derrotaram a reação dos latifundiários e capitalistas, encarnada pelas forças militares de Denikin. A Ucrânia da democracia soviética compôs livremente a federação socialista e fortaleceu as trincheiras da ditadura revolucionária do proletariado.

Os trabalhadores ucranianos não podem levantar um dedo contra as posições de Lênin que sempre foram contrárias por princípio a qualquer tipo, concessão ou justificativa para a opressão nacional. Em sua história marcada pelo constante desmembramento, a Ucrânia somente alcançou a unidade nacional e o direito à autodeterminação sob a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas, contraditoriamente, se viu tolhida pela ditadura burocrática de Stálin.

A vitória restauradora do capitalismo pelas forças internas e do imperialismo sobre a unidade das repúblicas se deu contra o proletariado e o campesinato que encarnaram a transição do capitalismo para o socialismo. Interrompeu-se a luta progressiva pela revolução em outras partes da Europa, que permitiria avançar a transição socialista na União Soviética e dar passos na tarefa histórica em direção à República Soviética Federativa Mundial.

Pela negativa, a deriva em que se encontra a Ucrânia confirma as formulações do marxismo-leninismo-trotskismo sobre a via dos Estados Unidos Socialistas da Europa como um degrau mais elevado a ser alcançado pelo proletariado mundial. Não somente a Ucrânia atesta a fortaleza do programa mundial do proletariado. A situação das demais repúblicas da ex-União soviética, o Leste Europeu e a ex-Iugoslávia, submetidos à desintegração do capitalismo, também o faz.

Não somente essas nações que viveram a transição socialista refletem pela negativa o programa mundial do proletariado. A gigantesca crise que tomou corpo na Europa pôs por terra a mais avançada tentativa de unificação capitalista dos Estados nacionais, de forma a superar o choque das forças produtivas com as fronteiras nacionais. Evidenciou-se o domínio da Alemanha, França e Inglaterra sobre os demais países, que se quebraram ou estiveram na iminência de se quebrarem.

Não se pode deslocar os acontecimentos que sacodem a

Ucrânia e que a colocam no centro da crise mundial da situação de declínio da Europa e da necessidade do imperialismo de submeter regiões ainda distantes de seu controle direto.

A restauração capitalista não poderia reservar à Ucrânia senão profundos retrocessos históricos. O renascimento do nacionalismo reacionário, a retomada da influência nazifascista da 2ª Guerra Mundial e a estruturação de uma oligarquia pró-imperialista são seus sintomas. Não faltaram vozes entre as esquerdas que proclamassem a derrubada do governo como resultado da ação progressiva das massas. Mas também vozes que proclamassem a defesa da intervenção da Rússia como uma via para conter o avanço do imperialismo. Essa confusão deve ser desfeita. Não corresponde à política do marxismo-leninismo-trotskismo.

O ponto de partida está em reconhecer que os explorados e oprimidos ucranianos estão sob a disputa das potências e que a divisão entre o oeste e leste se deve a interesses forâneos e alheios às necessidades da população. Os camponeses do oeste devem se unir aos operários do leste contra a oligarquia restauracionista e os serviços das potências. A decisão de unir-se ao imperialismo ocidental ou ao bloco russo se deve às frações da rica oligarquia, dos comerciantes e dos financistas. Diz respeito aos seus interesses capitalistas, que tanto podem estar vinculados à Alemanha, etc. ou à Rússia restauracionista. Aos explorados, estão reservadas mais opressão e mais privação.

Poderá haver divisão da Ucrânia, se a maioria explorada – formada pela classe operária, camponeses e camadas urbanas da classe média – continuar sendo arrastada pelas frações burguesas em disputa. A ausência de um partido revolucionário deixa o terreno livre para a oligarquia e suas forças políticas oporem as massas ucranianas entre si. Não será apoiando um lado contra o outro que se obterá a unidade e a independência do País. As forças em conflito são pró-capitalistas e serviços daquele lado que melhor pagar e que melhor proteção der à oligarquia ucraniana.

As massas podem se confundir seguindo as direções burguesas e assim se dividirem em nome de uma Ucrânia mais próspera. Mas o mesmo não pode ocorrer com a política internacionalista do proletariado. Trata-se de levantar o programa da revolução socialista. Eis a bandeira da IV Internacional, cuja atualidade é inquestionável: **“Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente”**. Foi desfraldada em 1939, quando Hitler e Stálin a utilizavam como moeda de troca no quadro de decomposição do capitalismo e de guerra mundial.

Assim Trotsky a fundamentava: *“Enquanto a questão dependa do poderio militar dos estados imperialistas, a vitória de um bando ou de outro só pode significar novo desmembramento e uma vassalagem ainda mais brutal do povo ucraniano. O programa de independência da Ucrânia na época do imperialismo está direta e indissoluvelmente ligado ao programa da revolução proletária. Seria criminoso alimentar qualquer ilusão a respeito”*.

A diferença está somente nas tarefas que cabem ao proletariado na presente situação em que a restauração avançou até a medula da economia ucraniana e em que o País se encontra ocupado pela oligarquia parasitária. É preciso expropriar as famílias de oligarcas, grupos econômicos e multinacionais e retornar à propriedade coletiva dos meios de produção.

Não restam dúvidas que o destino da Ucrânia está vinculado ao da Rússia. Esse é um ponto decisivo. A ditadura burocrática pró-capitalista sob o comando de Vladimir Putin negociará com os Estados Unidos uma solução para o impasse criado com a derrubada do governo de Viktor Yanukovich. O primeiro passo foi o de enviar tropas para a Crimeia. Uma ação esperada. Os Estados Unidos ameaçaram com medidas econômicas e políticas (destituir a Rússia do G8, etc.). As posições vão se extremar internacionalmente. Mas o que o imperialismo almeja para a situação é usar a Ucrânia como moeda de troca.

A chanceler Ângela Merkel, da Alemanha, já apresentou uma solução: transformar o País em uma federação. Os abutres querem ocultar a divisão da Ucrânia com uma “Constituição federativa”. Mais uma vez se repete o jogo de dominação sobre o povo ucraniano.

A bandeira do proletariado revolucionário é a da derrocada da oligarquia subserviente, superação do nacionalismo burguês, constituição de um governo operário e camponês que expresse a ditadura do proletariado, expulsão do imperialismo e autodeterminação da Ucrânia.

Essa luta não depende somente dos explorados ucranianos. Deve se dirigir ao proletariado russo e demais oprimidos pelas botas do regime de Putin e de sua política de restauração capitalista. As demais repúblicas que se desprenderam da União

Ucrânia

Como se consolidou a via do golpe contrarrevolucionário na Ucrânia

A crise política da Ucrânia explodiu com a negativa de Víktor Yanukovich de fechar um acordo com a União Europeia (UE) e em favor de um outro que a Rússia lhe oferecia. Assim se bloqueou, ainda que transitoriamente, o caminho para um tratado que exigia a aplicação de um duríssimo plano de ajuste como condição para liberar um empréstimo. A Rússia, por sua vez, ofereceu 15 bilhões de dólares e tarifas de gás subsidiadas. Ao mesmo tempo, pressionava para que a Ucrânia ingressasse na União Aduaneira Euroasiática, junto à Bielorrússia e Cazaquistão. Esta mudança bloqueou as vias que conduziam ao imperialismo europeu, que vê na Ucrânia um instrumento para sua crise, e que, fundamentalmente, servem ao imperialismo norte-americano para fechar a Rússia dentro de suas fronteiras.

O problema residia em que este acordo fazia retroagir as tratativas com a União Europeia de um setor da oligarquia que sustentava Yanukovich, o que acelerou uma cisão na camarilha governante, por meio da qual se expressaram as operações do imperialismo contra as posições russas. A situação se mostrou favorável ao imperialismo quando a negativa de Yanukovich à UE desencadeou uma onda de protestos, sobre as quais se montou a oposição pró-imperialista e as frações que abandonaram o governo.

No entanto, entre o começo dessa crise e a queda de Yanukovich foram ensaiadas várias manobras parlamentares e arranjos diplomáticos para impor uma transição política negociada com a Rússia, que tiraria Yanukovich gradualmente do poder, desarticulando assim os protestos contra o governo e acabaria finalmente com o perigo de uma insurreição civil que escapasse de seu controle.

Soviética vivem as mesmas contradições. É necessária a defesa da unidade revolucionária das nacionalidades que continuam oprimidas, da superação da experiência do regime socialista nacional de Stálin e de reconstituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre novas bases de construção do socialismo e luta internacionalista pelo comunismo.

Essa resposta programática do proletariado deve se vincular à tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista na Ucrânia. O que significa aplicar o Programa de Transição da IV Internacional de acordo com as particularidades nacionais da Ucrânia e desenvolver o objetivo histórico de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Não deve haver dúvida de que as lutas pelas transformações socialistas se potencializarão na Europa, berço do marxismo e fonte das mais avançadas experiências revolucionárias do proletariado. Os combates na Ucrânia e a sua projeção internacional são mais uma de suas provas. O fato de objetivamente de se recolocar o programa bolchevique indica que a profunda crise do capitalismo no continente sacudirá as massas diante do domínio imperialista e das variantes nacionalistas. Há que se lutar com a estratégia da revolução proletária, da ditadura do proletariado e dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

4 de março de 2014

O acordos, no entanto, fracassaram diante da intransigência das massas mobilizadas em Kiev, que se negaram rotundamente a qualquer composição que beneficiasse o governo ou a Rússia. Quando Yanukovich estava por um fio, a arremetida das massas em Maidan se fortalecia e a decomposição das forças repressivas se acentuava, a UE e a Rússia ensaiaram formar um governo de “união nacional”: o presidente do parlamento assumiria a presidência provisória e convocaria eleições para o fim do ano. Porém, as massas em Maidan, mais uma vez, impediram esse novo pacto.

Abria-se, assim, uma nova fase da crise política. Para romper o impasse, contando com o apoio da Rússia, Yanukovich desfechou uma repressão violenta. Os manifestantes responderam com um ensaio de insurreição. Consciente do perigo, a oposição pró-imperialista decidiu abandonar os pactos com o governo e se apoiou diretamente nas massas. Quando setores da polícia passaram para o lado dos manifestantes e o exército se negou a intervir, estava já traçada a via do golpe palaciano. Yanukovich, estrangulado, retrocedeu e, sem força para se impor, fugiu do país, refugiando-se sob a proteção da Rússia.

Uma paródia de transição política baseada em uma farsa de democracia direta

O Parlamento destituiu Yanukovich formalmente em 24 de fevereiro e nomeou Alexander Turchinov como presidente provisório. Esta presidência teria por objetivo criar a cena de uma transição baseada nas instituições e nos métodos parlamentares. É fato que serviu de porto seguro para o desembarque de Arseniy Yatseniuk no poder, que se pronunciava pela

integração à UE e pelo cumprimento de todas suas exigências. Porém, as massas mobilizadas e armadas de Maidan, profundamente hostis aos acordos de cúpula, representavam um perigo para os acordos de bastidores. Se estas se mantivessem contra os acordos palacianos, aprovados pelo imperialismo, poderiam debilitar prematuramente o novo governo e se abria uma crise ainda mais profunda no regime.

A oposição e o imperialismo concordaram em encenar uma transição política que, beneficiando o imperialismo, simulasse responder às exigências populares e se submeter à “sua soberania”. Turchinov se apresentou em 27 de fevereiro diante dos manifestantes reunidos na praça Maidan e leu publicamente a proposta de um novo gabinete ministerial de “unidade nacional”, encarregado de dirigir o país até as eleições de 25 de maio. Montava-se desse modo uma paródia de “soberania popular” que simularia aprovar ou rechaçar o que na realidade já havia sido acordado com o imperialismo em reuniões secretas. A farsa se completaria quando o parlamento ratificasse e “acatasse” o “*mandato popular*”.

Os milhares de manifestantes escutaram, um a um, os nomes propostos. Alguns foram rechaçados. Os manifestantes não dariam seu apoio a candidatos que proviessem dos setores mais ricos da Ucrânia, nem a membros de gabinetes ministeriais desde 2010 quando Yanukovich foi eleito presidente. Ao mesmo tempo, exigiam que os candidatos tivessem experiência em gestão e não estivessem implicados em casos de corrupção. Finalmente, propuseram nomes provenientes das facções que haviam enfrentado o governo e que contavam com sua simpatia. Entre eles, o chamado de “comandante” da resistência, Andriy Parubui, e os de Tetyana Chornovol e Dmytro Bulatov. E exigiram também que dessem um cargo a Dmytro Yarosh, o líder de “Righ Sector”, a ultradireita formada durante a invasão nazista à Ucrânia durante a 2ª Guerra Mundial.

Dessa forma, a farsa democrática montada como encenação dos acordos realizados nos bastidores guardava as aparências de que o novo governo contaria com aprovação popular. Os novos ocupantes do poder não tiveram problema em manobrar com as ilusões democrático-burguesas que se espelhavam na trincheira de Maidan.

Assim que os integrantes do governo foram aprovados, o novo presidente interino, Arsenity Yatseniunk, aplaudido pelos manifestantes, anunciou um severo ajuste. “*Bem-vindos ao inferno*”, disse. “*Estamos à beira do desastre*” alertou e disse que deviam esperar “*reformas impopulares*”. Chamou à “*responsabilidade*” diante da gravidade da situação econômica e assinalou que a Ucrânia “*deverá cumprir todas as exigências do FMI*” e que a ratificação do programa de governo e o cumprimento de todas as condições são “*as condições necessárias para receber créditos*”.

A integração da Ucrânia à UE consolidará a via do golpe contrarrevolucionário

O país está esgotado e quebrado. A situação piorou gravemente com a crise capitalista que diminuiu a demanda de aço, principal produto de exportação ucraniana. As reservas internacionais se reduziram em fevereiro a 15 bilhões de dólares, a menor dos últimos oito anos. Sua economia oscila entre a recessão e uma recuperação raquítica, incapaz de promover um novo período de crescimento. A Ucrânia necessita de liquidez

no valor de 35 bilhões de dólares para sair da falência. Bloomberg assinalou que, para 2014, a Ucrânia deve destinar pelo menos 8 bilhões de dólares para os juros, e outros 9 bilhões para 2015. E ao menos 130 bilhões de dólares em quatro anos para sanear a quebradeira que se arrasta desde a dissolução da URSS. A dívida externa, pública e privada, saltou para 137 bilhões de dólares.

Os empréstimos, porém, somente serão efetuados quando a Ucrânia se comprometer a aplicar as reformas exigidas. Algo que o FMI havia exigido em 2010 a Yanukovich, quando aprovou um empréstimo de 15,2 bilhões de dólares, porém só 25% do valor total foram liberados, porque o governo não “havia cumprido” com as condições do organismo: desvalorizar a grivna (moeda nacional), elevar em 40% as tarifas do gás, congelar os salários do setor público, demitir funcionários públicos, cortar gastos em serviços públicos e reduzir os subsídios.

Yatseniunk comparece como o líder pragmático de um governo técnico e com “base popular” capaz de realizar ajustes onde Yanukovich fracassou ao tentar limitar seus alcances e ensaiar uma tibia medida de aproximação com a Rússia. Agora que a crise chegou ao ponto de colocar a divisão do país, os Estados Unidos e as potências europeias anunciaram uma bilionária “ajuda”. Com a intervenção financeira, o imperialismo procura garantir seus vassalos no poder de Kiev. O FMI colocará em pé os mecanismos que submeteram a Ucrânia ao parasitismo financeiro e preparará as condições para que os monopólios imperialistas tomem de assalto suas riquezas e indústrias, aplicando seu plano de desnacionalização da economia.

Como se vê, por trás da paródia de democracia direta a que se prestaram as ilusões democráticas pequeno-burguesas dos manifestantes de Maidan se escondia a força real e poderosa dos monopólios, que decidiu o programa de governo e os nomes dos agentes políticos para executá-lo.

A pequena-burguesia radicalizada serviu de base social ao golpe de mão

A virulenta crise política empurrou a pequena-burguesia às ruas para combater as medidas repressivas e o Estado policial implantado por Yanukovich. As mobilizações tiveram seu auge em Kiev, região ocidental do país formada por etnias ucranianas e eslavas, de maioria pequeno-burguesa, de assalariados ligados aos serviços, ao comércio e ao Estado. Enquanto o setor do Leste, de maioria étnica russa e onde se concentra a classe operária industrial, não aderiu ao movimento pró União Europeia.

Reagindo contra a queda de suas condições de vida e a incapacidade das frações políticas burguesas para resolver sua situação, a classe média não encontrava, no entanto, uma saída para sua desesperadora situação social, o que criou as condições de sua virada para posições reacionárias. Ao estar ausente a direção revolucionária do proletariado, esta foi galvanizada pelo programa encarnado pela oposição pró-imperialista: de derrubar o governo pró-russo e integrar-se à UE.

Diferentemente da Ucrânia, é outro o caminho que estão traçando as massas pequeno-burguesas junto ao proletariado da Bósnia. Tomaram as ruas contra a carestia de vida, o desemprego e o esvaziamento das indústrias privatizadas e ocuparam fábricas e edifícios públicos. As massas da Bósnia pagam agora com sua pele a integração do país à UE. Nessa

experiência, certamente se educarão os destacamentos proletários ucranianos e as crescentes camadas da pequena-burguesia que hoje estão cooptadas pela oposição pró-imperialista na Ucrânia, uma vez que consigam romper o cerco das posições burguesas e se apresente sob a política e os métodos proletários para enfrentar os ajustes que virão.

Abre-se uma nova fase da luta de classes na Ucrânia

Estamos diante de um novo episódio da restauração capitalista que exige impor o saque generalizado dos ex-estados operários. O caminho final desta via traçada pelo imperialismo é o da livre penetração do capital financeiro e multinacional na Rússia, a destituição da burocracia estatal que ainda controla seu Estado e a intervenção dos Estados Unidos por cima de suas fronteiras nacionais. Nesse marco, a queda de Yanukovich não se traduz em uma vitória democrática das massas, mas sim um golpe contrarrevolucionário realizado pela via institucional e destinado a levar a fundo a restauração capitalista nas ex-repúblicas socialistas. A divisão da Ucrânia agora se colocou plenamente. A burocracia governamental e os oligarcas da Crimeia e se colocaram pela manutenção de sua dependência com a Rússia. Estabeleceu-se uma divisão no seio da população ucraniana. Os explorados divididos servem aos interesses do imperialismo e do despotismo russo. Não podem nestas condições se levantar pela autodeterminação e a unidade do País.

Foram as leis e tendências fundamentais da crise capitalista mundial e seus reflexos particulares no país que impediram que se consolidasse a via diplomática das potências para repartir a Ucrânia com um “pacto entre cavalheiros”. São essas

Ucrânia

Carta aos operários e camponeses da Ucrânia em função das vitórias sobre Denikin

Lênin – Publicado em 4 de janeiro de 1920, no Pravda, nº 3

Camaradas, faz quatro meses, em fins de agosto de 1919, tive a oportunidade de dirigir uma carta aos operários e camponeses em função da vitória sobre Kolchak.

Agora voltou a imprimir essa carta integralmente para os operários e camponeses da Ucrânia, pelo motivo das vitórias sobre Denikin.

As tropas vermelhas ocuparam Kiev, Poltava e Járkov e avançam vitoriosamente para Rostov. Na Ucrânia, fermenta a insurreição contra Denikin. É preciso reunir todas as forças para derrotar definitivamente o exército de Denikin, que procurou restabelecer o poder dos latifundiários e capitalistas. Temos de destruir Denikin para pôr a salvo a mínima possibilidade de uma nova invasão.

Os operários e camponeses da Ucrânia devem conhecer os ensinamentos que todos os operários russos extraíram da conquista da Sibéria por Kolchak e de sua libertação pelas tropas vermelhas, depois de longos meses de tirania latifundiária e capitalista.

A dominação de Denikin na Ucrânia foi uma prova tão dura como a dominação de Kolchak na Sibéria. Não resta dúvida de que as lições dessa dura prova permitirão aos operários e camponeses da Ucrânia compreenderem – como ocorreu com os operários e camponeses dos Urales e Sibéria – as tarefas do po-

mesmas contradições que impulsionaram a via do golpe institucional do imperialismo contra as pretensões russas, utilizando-se o desespero das camadas pequeno burguesas do oeste. Nesse processo, as ilusões democráticas da classe média serviram tão somente para disfarçar o golpe de mão dado pelo imperialismo.

No entanto, a situação contrarrevolucionária ainda está longe de ser estável. No marco de violentas contradições surgidas da decomposição orgânica do capitalismo mundial, uma situação contrarrevolucionária pode ceder seu lugar a uma revolução, com a condição que a vanguarda proletária expresse seus interesses históricos na nova fase da crise ucraniana e consiga assim arrastar camadas inteiras da classe média para seu lado. Porém as massas só acelerarão sua experiência com o novo governo se a vanguarda do proletariado se organizar em partido marxista-leninista-trotskyista e intervir com a bandeira da autodeterminação nacional pela via da insurreição proletária que imponha no país um governo operário e camponês, e consolide as bases materiais de uma Ucrânia soviética e independente. Assim, se apresentarão as condições objetivas para que as reais reivindicações e tarefas democráticas da Ucrânia se entronquem com a luta para acabar com o capitalismo, retomando a transição ao socialismo que foi interrompida pela contrarrevolução política do estalinismo.

Somente a intervenção do proletariado e a sua unidade com o campesinato poderá evitar que o imperialismo e o despotismo russo negociem o desmembramento do País. O proletariado internacional levanta a bandeira de autodeterminação e unidade da Ucrânia.

der soviético, o que os levará a defendê-lo com maior firmeza.

Na Grande Rússia ficou totalmente abolida a propriedade latifundiária. O mesmo tem de fazer na Ucrânia; e o poder soviético dos operários e camponeses ucranianos deve liquidar totalmente a propriedade latifundiária, libertar completamente os operários e camponeses ucranianos da opressão dos próprios latifundiários. Mas, além dessa tarefa e de outras que se colocarão e ainda se colocam, tanto pelas massas trabalhadoras da Grande Rússia quanto as da Ucrânia, o poder soviético na Ucrânia tem suas tarefas específicas. Uma dessas tarefas específicas merece, na atualidade, a maior atenção. É o problema nacional ou, em outras palavras, o problema de se a Ucrânia será uma República Socialista Soviética da Ucrânia, separada e independente, ligada por uma aliança (federação) à República Socialista Federativa Soviética Russa, ou se a Ucrânia se fundirá com a Rússia, formando uma República Soviética única. Todos os bolcheviques, todos os operários e camponeses politicamente conscientes devem analisar atentamente esse problema.

A independência da Ucrânia foi reconhecida, tanto pelo Comitê Executivo Central da RSFSR (República Socialista Federativa Soviética Russa) como pelo Partido Comunista dos bolcheviques da Rússia. É, portanto, evidente e por todos re-

conhecido que somente os próprios operários e camponeses da Ucrânia podem decidir e decidirão em seu Congresso de Sovietes da Ucrânia, se a Ucrânia se fundirá com a Rússia ou se será uma república separada e independente e, nesse último caso, que vínculos federativos terão de estabelecer entre essa república e a Rússia.

Como deve se resolver este problema no que toca aos interesses dos trabalhadores e ao êxito de sua luta pela total emancipação do trabalho do jugo do capital?

Em primeiro lugar, os interesses do trabalho exigem a confiança mais absoluta e a união mais estreita entre os trabalhadores dos diferentes países e diferentes nações. Os partidários dos latifundiários e capitalistas, da burguesia, se esforçam por dividir os operários, por avivar as discórdias e antagonismos nacionais, com o objetivo de debilitar os operários e fortalecer o poder do capital.

O capital é uma força internacional. Para vencê-lo é necessária uma união internacional de operários, uma fraternidade internacional de operários.

Nós somos inimigos dos antagonismos e das discórdias nacionais, do isolamento nacional. Somos internacionalistas. Estamos pela união estreita e a fusão completa dos operários e camponeses de todas as nações do mundo em uma República Soviética mundial única.

Em segundo lugar, os trabalhadores não devem esquecer que o capitalismo dividiu as nações em um pequeno número de grandes potências opressoras (imperialistas), nações livres e soberanas, e uma imensa maioria de nações oprimidas, dependentes e semidependentes, não soberanas. A criminoso e reacionária guerra de 1914-1918 acentuou esta divisão, inflamando com ela os ódios e rancores. Durante séculos foi se acumulando a indignação e a desconfiança das nações não soberanas e dependentes para com as nações dominantes e opressoras, como tal a Ucrânia diante de nações como a Grã-Rússia.

Queremos uma união *voluntária* de nações – uma união que exclua toda coerção de uma nação sobre outra – uma união que se baseia na mais plena confiança, em um claro reconhecimento da unidade fraternal, em um consentimento absolutamente voluntário. Uma união assim não pode realizar-se por golpe; para chegar a ela devemos atuar com enorme paciência e maior cuidado, para não malograr as coisas e não despertar desconfiança, e para que a desconfiança deixada por séculos de opressão latifundiária e capitalista, da propriedade privada e dos antagonismos provocados pela sua distribuição e redistribuição, possam desaparecer.

Devemos, portanto, nos empenhar firmemente em conseguir a unidade das nações e nos opor implacavelmente a tudo o que tende a dividi-las, e ao fazê-lo, devemos ser prudentes e pacientes, e fazer concessões às sobrevivências da desconfiança nacional. Devemos ser firmes e inexoráveis diante de tudo o que afeta os interesses fundamentais do trabalho em sua luta por emancipar do jugo do capital. O problema da demarcação de fronteiras, agora, no momento – pois nós aspiramos a completa abolição das fronteiras – não é um problema fundamental, importante, mas secundário. Em relação a esse assunto, podemos esperar, e devemos esperar, pois a desconfiança nacional pode

ser muito tenaz nas amplas massas de camponeses e pequenos proprietários, e toda precipitação pode acentuá-la, em outras palavras, comprometer a causa da unidade total e definitiva.

A experiência da revolução operária e camponesa da Rússia, a Revolução de Outubro-Novembro de 1917 e dos dois anos de luta vitoriosa contra a agressão dos capitalistas internacionais e russos, demonstrou com clareza meridiana que os capitalistas conseguiram, por algum tempo, explorar a desconfiança nacional dos camponeses e dos pequenos proprietários poloneses, lituanos, estônios e finlandeses diante do Grã-russo que conseguiram, por um tempo, semear discórdia entre eles e entre nós, apoiando-se nessa desconfiança. A experiência demonstrou que essa desconfiança se desvanece e desaparece muito lentamente, e que quanto mais cuidado e paciência tenham os Grã-russos, que durante tanto tempo foram uma nação opressora, com tanta e maior segurança se dissipará essa desconfiança. Foi precisamente por ter reconhecido a independência dos Estados polonês, lituano, letão, estônio e finlandês, que estamos ganhando, lenta mais firmemente, a confiança das massas trabalhadoras dos pequenos Estados vizinhos, mais atrasadas e mais ludibriadas e oprimidas pelos capitalistas. Este caminho é mais seguro para arrancá-las da influência de “seus” capitalistas nacionais e conduzi-las com plena confiança para a futura República Soviética internacional unida.

Enquanto a Ucrânia não se libertar completamente de Denikin e não se reunir ao Congresso de toda a Ucrânia de Sovietes, seu governo é o Comitê Militar Revolucionário da Ucrânia. Além dos comunistas bolcheviques ucranianos estão os comunistas borotbistas ucranianos, que trabalham nesse Comitê Revolucionário como membros do governo. Os borotbistas se distinguem dos bolcheviques, entre outras coisas, porque defendem a independência incondicional da Ucrânia. Os bolcheviques não farão disso um objeto de divergências e desunião, não consideram que isso seja obstáculo para um trabalho proletário harmônico. Deve haver unidade na luta contra o jugo do capital e pela ditadura do proletariado, e não deve haver rompimento entre comunistas pelo problema das fronteiras nacionais ou de se os vínculos entre os Estados devem ser federativos ou outros. Entre os bolcheviques, há partidários da independência total da Ucrânia, partidários de uma união federativa mais ou menos estreita e partidários da fusão total da Ucrânia com a Rússia.

Não deve haver divergências por esses problemas. O Congresso de Sovietes da Ucrânia os resolverá.

Se um comunista Grã-russo insiste na fusão da Ucrânia com a Rússia, os ucranianos podem muito bem suspeitar que defende essa política, não por levar em conta a unidade dos proletários na luta contra o capital, mas pelos preconceitos do velho nacionalismo Grã-russo, imperialista. Essa desconfiança é natural e até certo ponto inevitável e legítima, já que os Grã-russos, sob o jugo dos latifundiários e capitalistas, difundiram durante séculos o infame e odioso preconceito do chovinismo Grã-russo.

Se um comunista ucraniano insiste na independência nacional incondicional da Ucrânia, se presta a que se suspeite que ele defenda essa política, não em função dos interesses momentâneos dos operários e camponeses ucranianos em sua luta contra o jugo do capital, mas por causa dos precon-



ceitos nacionais pequeno burgueses do pequeno proprietário. A experiência tem apresentado centenas de exemplos de “socialistas” pequeno burgueses de diferentes países – todos os diversos pseudosocialistas poloneses, letões e lituanos, os mencheviques georgianos, os esseristas, etc. – que se disfarçam de partidários do proletariado com o único objetivo e promover de forma fraudulenta uma política de conciliação com “sua” burguesia nacional contra dos operários revolucionários. Vimos isso no caso do governo de Kerenski na Rússia, fevereiro-outubro de 1917; vimos e continuamos vendo em todos os demais países.

Assim, pois, é muito fácil que surja a desconfiança mútua entre os comunistas Grã-russos e ucranianos. Como combater essa desconfiança? Como vencê-la e estabelecer uma confiança mútua?

A melhor maneira de conseguir é trabalhando em comum para defender a ditadura do proletariado e o poder soviético na luta contra os latifundiários e capitalistas de todos os países e contra suas tentativas de restabelecer sua dominação. Essa luta comum demonstrará claramente na prática que qualquer que seja a solução que se dê ao problema da independência nacional ou das fronteiras, deve existir uma estreita aliança militar e econômica entre os operários Grã-russos e ucranianos, pois de outro modo os capitalistas da “Entente”, isto é, da “aliança” dos países capitalistas mais ricos: Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão e Itália, nos esmagará e nos estrangulará estando separados. Nossa luta contra Kolchak e Denikin, a quem estes capitalistas proporcionaram dinheiro e armas, é um claro exemplo desse regime.

Aquele que socava a unidade e a aliança mais estreita entre os operários e camponeses Grã-russos e ucranianos ajuda aos Kolchak e aos Denikin, aos bandidos capitalistas de todos os países.

Por isso, nós, os comunistas Grã-russos, devemos reprimir rigorosamente a menor manifestação de nacionalismo Grã-russo que surja entre nós, pois essas manifestações, que são em geral uma traição ao comunismo, causam um dano enorme, ao nos separar dos camaradas ucranianos, e com isso fazem o jogo de Denikin e de seu regime.

Por isso, nós, os comunistas Grã-russos, devemos fazer concessões quando existem diferenças com os comunistas bolcheviques e borotbistas ucranianos, e quando essas diferenças se referem à independência nacional da Ucrânia, às formas de sua aliança com a Rússia e, em geral, ao problema nacional. Mas todos nós, os comunistas Grã-russos, os comunistas ucranianos e os comunistas de qualquer outra nação, devemos ser inflexíveis e intransigentes nas questões básicas e fundamen-

tais, que são as mesmas para todas as nações, nas questões da luta do proletariado, da ditadura do proletariado; não podemos admitir compromissos com a burguesia nem a menor divisão das forças que nos defendam contra Denikin.

Denikin tem de ser vencido, aniquilado, e deve se impedir a repetição de invasões como as suas. Esse é o interesse fundamental tanto dos operários e camponeses Grã-russos como dos ucranianos. A luta será longa e difícil, pois os capitalistas do mundo interior ajudam Denikin e ajudarão aos Denikins de todo gênero.

Nessa luta longa e difícil, nós, os operários grã-russos e ucranianos, devemos marchar estreitamente unidos, pois separados não poderemos certamente fazer frente à nossa tarefa. Sejam quais forem as fronteiras da Ucrânia e Rússia, sejam quais forem as formas de suas relações estatais mútuas, isso não é tão importante.

É um problema no qual se podem e se devem fazer concessões, no qual pode ensaiar isto, aquilo e o outro; a causa dos operários e camponeses, da vitória sobre o capitalismo, não sucumbirá por causa disso.

Mas se não sabermos marchar estreitamente unidos, únicos contra Denikin, unidos contra os capitalistas e os kulaks de nossos países e de todos os países, a causa do trabalho sucumbirá certamente, por longos anos, no sentido de que os capitalistas *possam* derrotar e estrangular tanto a Ucrânia soviética como a Rússia soviética.

E o que a burguesia de todos os países, e toda sorte de partidos pequeno burgueses – isto é, partidos “conciliadores” que se aliam com a burguesia contra os operários – mais se esforçaram por conseguir, é a divisão dos operários das diferentes nacionalidades, suscitar a desconfiança e desbaratar a estrita união internacional e a fraternidade internacional dos operários. Se a burguesia conseguir, a causa dos operários está perdida. Os comunistas da Rússia e Ucrânia, portanto, devem, mediante um esforço coletivo, paciente, perseverante e tenaz, frustrar as manobras nacionalistas da burguesia e vencer os preconceitos nacionalistas de toda índole, e dar aos trabalhadores do mundo inteiro um exemplo de aliança verdadeiramente firme entre os operários e camponeses de diferentes nações na luta pelo poder soviético, pela derrocada do jugo dos latifundiários e capitalistas e pela República Soviética Federativa mundial.

Lênin

29 de dezembro de 1919

(Extraído das Obras Completas, tomo XXXII, V. Lênin, pág.280)

Contribua com o POR adquirindo o Programa

O POR inicia este mês uma campanha de divulgação de seu programa. Realizará palestras, debates e outras atividades pelo país. Informe-se com o distribuidor deste jornal.



Internacional

A Questão Ucraniana^[1]

Leon Trotsky
22 de Abril de 1939

A questão ucraniana, que muitos governos e tantos “socialistas” e mesmo “comunistas” têm tratado de esquecer ou relegar às profundezas da história, acha-se novamente na ordem do dia, desta vez com força redobrada. O recente agravamento da questão ucraniana relaciona-se intimamente com a degeneração da União Soviética e do Comintern, os êxitos do fascismo e a iminência de uma nova guerra imperialista. Crucificada por quatro estados, a Ucrânia ocupa agora no destino da Europa a mesma posição que uma vez ocupou a Polônia, com a diferença de que as relações mundiais são atualmente muito mais tensas e os ritmos do processo muito mais acelerados. No futuro imediato, a questão ucraniana está destinada a jogar um importante papel na vida europeia. Por isso Hitler propôs tão ruidosamente a criação de uma “Grande Ucrânia”; e foi também por isso que arrumou esta questão com tão cuidadosa rapidez.

A Segunda Internacional, exprimindo os interesses da burocracia e a aristocracia operária dos estados imperialistas, ignorou completamente a questão ucraniana. Inclusive a sua ala esquerda não lhe dedicou a necessária atenção. Baste lembrar como Rosa Luxemburgo, apesar do seu brilhante intelecto e do seu espírito genuinamente revolucionário, julgou admissível afirmar que a questão ucraniana era a invenção de uma presa de intelectuais. Esta posição deixou uma profunda marca até no próprio Partido Comunista Polonês. Os dirigentes oficiais da seção polonesa do Comintern viram a questão ucraniana mais como um empecilho do que como um problema revolucionário. Daí as constantes tentativas oportunistas de desviar a questão, suprimi-la, passá-la silenciosamente por alto ou adiá-la para um futuro indefinido.

O Partido Bolchevique, não sem dificuldade e só gradualmente sob a constante pressão de Lenin, pôde adquirir uma focagem correta da questão ucraniana. O direito à autodeterminação, quer dizer, à separação, foi estendido igualmente por Lenin quer para os poloneses, quer para os ucranianos. Ele não reconhecia nações aristocráticas. Toda tentativa de evadir ou pospor o problema de uma nacionalidade oprimida considerava a expressão do chauvinismo gran-russo.

Após a tomada do poder, teve lugar no partido uma séria luta pela solução dos numerosos problemas nacionais herdados da velha Rússia czarista. No seu caráter de comissário do povo para as nacionalidades, Stalin representou invariavelmente a tendência mais burocrática e centralista. Isto se tornou especialmente evidente na questão da Geórgia e na da Ucrânia [2]. Até hoje, a correspondência não tem sido publicada. Esperamos poder editar a pequena parte de que dispomos. Cada linha das cartas e propostas de Lenin vibra com a urgência de conformar na medida do possível aquelas nacionalidades que tinham sido oprimidas no passado. Em troca, nas propostas e declarações de Stalin, salientava invariavelmente a tendência para o centralismo burocrático. Com o fim de garantir “neces-

sidades administrativas”, quer dizer, os interesses da burocracia, as mais legítimas reclamações das nacionalidades oprimidas foram declaradas manifestações de nacionalismo pequeno burguês. Estes sintomas já podiam perceber-se bem cedo, em 1922-1923. Desde esse momento, tiveram um monstruoso crescimento, levando a uma completa asfixia qualquer tipo de desenvolvimento nacional independente dos povos da URSS.

Na concepção do velho Partido Bolchevique, a Ucrânia Soviética estava destinada a se converter no poderoso eixo à volta do qual adeririam as outras seções do povo ucraniano. Durante o primeiro período da sua existência, é indiscutível que a Ucrânia Soviética foi uma poderosa força de atração em relação às nacionalidades, além de estimular a luta dos operários, os camponeses e a intelectualidade revolucionária da Ucrânia Ocidental escravizada pela Polônia. Mas, durante os anos da reação termidoriana, a posição da Ucrânia Soviética e, com ela, a reclamação da questão ucraniana no seu conjunto, mudou bruscamente. Quanto mais profundas foram as esperanças despertadas, mais tremendas foram as decepções.

A burocracia também estrangulou e saqueou o povo da Grande Rússia. Mas nas questões ucranianas, as coisas complicaram-se ainda mais pelo massacre das esperanças nacionais.

Em nenhuma outra parte, as restrições, purgas, repressões e, em geral, todas as formas de brutalidade burocrática assumiram dimensões tão assassinas como na

Ucrânia, ao tentar esmagar poderosos anseios de maior liberdade e independência profundamente arraigados nas massas. Para a burocracia totalitária, a Ucrânia Soviética tornou-se numa divisão administrativa da unidade econômica e de uma base militar da URSS. Que não fique qualquer dúvida: a burocracia de Stalin ergue

estátuas à memória de Shevchenko, mas faz-lo apenas como fim de esmagar mais minuciosamente o povo ucraniano sob o seu peso e obrigá-lo a cantar hinos à camarilha violadora do Kremlin no idioma do Kobzarii [3].

A respeito das partes da Ucrânia que hoje estão fora das suas fronteiras, a atitude atual do Kremlin é a mesma que com todas as nacionalidades oprimidas, as colônias e semicolônias: são moedas de troca nas suas combinações internacionais com os governos imperialistas. No recente Decimo oitavo Congresso do “Partido Comunista”, Manuïlski, um dos mais repugnantes renegados do comunismo ucraniano, explicou com bastante franqueza que não só a URSS, como também o Comintern (a “falsa-união” segundo a formulação de Stalin) se recusavam a solicitar a emancipação dos povos oprimidos quando os seus opressores não eram inimigos da camarilha moscovita no poder. Stalin Dimitrov e Manuïlski defendem atualmente a Índia contra o Japão, mas não contra Inglaterra. Os burocratas do Kremlin estão prontos a ceder de vez a Ucrânia Ocidental à Polônia em troca de um acordo diplomático que lhes pareça proveitoso. Ficam longe os dias em que só se atreviam a episódicas combinações.



Não resta rastro da anterior confiança e simpatia das massas ucranianas pelo Kremlin. Desde a última “purga” assassina na Ucrânia, ninguém no ocidente quer passar a fazer parte da satrapia do Kremlin, que continua a levar o nome da Ucrânia Soviética. As massas operárias e camponesas da Ucrânia Ocidental, da Bukovina, dos Cárpatos ucranianos, estão confusas: a quem recorrer? O que pedir? Esta situação desvia naturalmente a liderança para as camarilhas ucranianas mais reacionárias, que exprimem o seu “nacionalismo” tentando vender o povo ucraniano a um ou outro imperialismo em pagamento de uma promessa de independência fictícia. Sobre esta trágica confusão baseia Hitler a sua política na questão ucraniana. Temos dito numa ocasião: se não fosse por Stalin (por exemplo, a fatal política do Comintern na Alemanha), não haveria Hitler. A isso pode acrescentar-se agora: se não fosse pela violação da Ucrânia Soviética por parte da burocracia estalinista, não haveria política hitlerista na Ucrânia.

Aqui não havemos demorar para analisar os motivos que levaram Hitler a descartar, sequer por um tempo, a palavra de ordem da “Grande Ucrânia”. Estes motivos devem procurar-se, de um lado, nas fraudulentas ligações do imperialismo alemão e, de outro, no temor de evocar um espírito maligno que poderia ter resultado difícil de exorcizar. Hitler presenteou os sanguinários húngaros com os Cárpatos ucranianos. Embora não o fizesse com a aprovação expressa de Moscou, e sim pelo menos com a segurança de que esta aprovação haveria de chegar no futuro. É como se Hitler tivesse dito a Stalin: “Se me estivesse preparando para atacar amanhã a Ucrânia Soviética, teria mantido os Cárpatos nas minhas mãos”. Em resposta, Stalin, no Décimo Oitavo Congresso, saiu abertamente em defesa de Hitler contra as calúnias das “democracias ocidentais”: Hitler tenta atacar a Ucrânia? Nada disso! Lutar contra Hitler? Não há a menor razão para fazer isso. Obviamente, Stalin interpreta como um ato de paz a entrega à Hungria dos Cárpatos ucranianos.

Isto significa que parte do povo ucraniano se tornou moeda de troca para os cálculos internacionais do Kremlin. A Quarta Internacional deve compreender com clareza a enorme importância da questão ucraniana, não apenas no destino do leste e sudeste europeus, mas da Europa no seu conjunto. Trata-se de um povo que demonstrou a sua viabilidade, numericamente

igual à população da França, e que ocupa um território excepcionalmente rico e, aliás, da maior importância estratégica. A questão da sorte da Ucrânia está colocada em todo o seu alcance. Cumpre uma palavra de ordem clara e definida, que corresponda à nova situação. Em minha opinião, há na atualidade uma única palavra de ordem: Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente.

Este programa está, antes de tudo, em irreconciliável contradição com os interesses das três potências imperialistas: Polônia, Romênia e Hungria. Só pacifistas irrecuperavelmente imbecis são capazes de julgar que a emancipação e unificação da Ucrânia pode levar-se a termo por meio de pacíficas conversas diplomáticas, referendos ou decisões da Liga das Nações, etc. Com certeza, não são melhores as soluções que propõem os “nacionalistas”, que consistem em se colocarem a serviço de um imperialismo contra o outro. A tais aventureiros, Hitler lhes deu uma impagável lição entregando (por quanto tempo?) os Cárpatos aos húngaros, que imediatamente exterminaram não poucos ucranianos leais. Enquanto a questão depender do poderio militar dos estados imperialistas, a vitória de um bando ou outro só pode significar um novo desmembramento e uma vassalagem ainda mais brutal do povo ucraniano. O programa de independência da Ucrânia na época do imperialismo está direta e indissolivelmente ligado ao programa da revolução proletária. Seria criminoso alimentar ilusão alguma sobre isso.

Mas - gritarão em coro os “amigos” do Kremlin - a independência da Ucrânia Soviética significaria a sua separação da URSS? O que tem isso de terrível? – contestamos. É-nos alheio o culto apaixonado pelas fronteiras estatais. Não sustentamos a posição de uma totalidade “unida e indivisível”. Depois de tudo, inclusive a Constituição da URSS reconhece o direito dos seus povos federados à autodeterminação, quer dizer, à separação. Assim, nem sequer a própria oligarquia do Kremlin ousa negar tal princípio, embora só tenha vigência no papel. A mais mínima tentativa de apresentar abertamente a questão de uma Ucrânia independente significaria a imediata execução sob o cargo de traição. Mas é precisamente este desprezível equívoco, esta desapiadada perseguição de todo pensamento nacional livre, o que tem levado as massas trabalhadoras da Ucrânia, em grau muito maior do que as da Grande Rússia, a considerar monstruosamente opressivo o domínio do Kremlin.

Aquirar com o distribuidor deste jornal

XXIV Congresso da Apeoesp

Oposição rompe com o congresso burocrático



Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

Chile: o campesinato e as mudanças na estrutura agrária desde a UP



o movimento camponês e a unidade Popular (UP)
A contrarrevolução pinochetista
o campesinato sob a democracia burguesa compactuada

Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

PT: 10 anos no poder do Estado burguês



A ditadura militar e a formação do PT
A ascensão eleitoral nos anos 1980/90
Os governos Lula e Dilma (2003/2013)
As tarefas dos revolucionários

Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

POR Partido Operário Revolucionário

XII Congresso Nacional



11 e 12 de janeiro de 2014

Resoluções Internacional e Nacional

Perante uma tal situação interna, é naturalmente impossível falar que a Ucrânia Ocidental se uniu voluntariamente à URSS, do modo como esta é atualmente. Por consequência, a unificação da Ucrânia pressupõe a libertação da Ucrânia Soviética da bota estalinista. Também nesta questão a camarilha bonapartista colherá o que tem semeado.

Mas, não significaria isto o enfraquecimento militar da URSS? – uivarão com horror os “amigos” do Kremlin. Respon demos que o enfraquecimento da União Soviética se deve às tendências centrífugas em permanente crescimento, que gera a ditadura bonapartista. Em caso de guerra, o ódio das massas à camarilha governante pode levar ao colapso das conquistas de Outubro. A fonte dos sentimentos derrotistas acha-se no Kremlin. Em troca, uma Ucrânia Soviética independente se converteria, embora apenas fosse por próprio interesse, num poderoso baluarte sul ocidental da URSS. Quanto mais depressa for socavada, derrubada, esmagada e varrida a atual casta bonapartista, mais firme se tornará a defesa da República Soviética e mais seguro estará o seu futuro socialista.

Naturalmente, uma Ucrânia independente de operários e camponeses poderia a seguir unir-se à Federação Soviética; mas voluntariamente, sobre condições em que ela mesma julgasse aceitáveis, o que por sua vez pressupõe uma regeneração revolucionária da URSS. A autêntica emancipação do povo ucraniano é inconcebível sem uma revolução ou uma série de revoluções no ocidente, que possam conduzir em última instância à criação dos estados unidos soviéticos da Europa. Uma Ucrânia independente poderia unir-se a esta federação como membro igualitário e indubitavelmente o faria. A revolução proletária na Europa, por seu turno, não deixaria em pé nem uma pedra da repugnante estrutura do bonapartismo estalinista. Nesse caso, seria inevitável a estreita união dos estados unidos soviéticos da Europa e a regenerada URSS, e representaria infinitas vantagens para os continentes europeu e asiático, incluindo, com certeza, a Ucrânia. Mas aqui estamos desviando-nos para questões de segunda ou terceira ordem. A questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia de operários e camponeses na luta contra o imperialismo, de um lado, e contra o bonapartismo moscovita, de outra.

A Ucrânia é especialmente rica em experiências de falsos caminhos de luta para atingir a emancipação nacional. Ali tudo foi testado: a Rada [governo] pequeno burguesa e Skoropadski, Petlura, uma “aliança” com os Hohenzollern e combinações com a Entente [4]. Após estes experimentos, só cadáveres políticos podem continuar a depositar esperanças em qualquer fração da burguesia ucraniana como líder da luta nacional pela emancipação. Unicamente o proletariado ucraniano é capaz não só de realizar esta tarefa – revolucionária em essência –, como também de tomar a iniciativa para conseguir a sua solução. O proletariado e só o proletariado pode congrega-los à sua volta as massas camponesas e a intelectualidade nacional genuinamente revolucionária. Ao começo da última guerra imperialista, Melenevski (“Basok”) e Skoropis-Yeltujovski tentaram colocar o movimento de libertação ucraniano sob a ala de Ludendorff, general dos Hohenzollern. Para tal, disfarçaram-se de esquerdistas. Os marxistas revolucionários expulsaram-nos com um pontapé. Eis a forma como devem agir os revolucionários no futuro. A

iminente guerra criará uma atmosfera favorável a todo o tipo de aventureiros, caçadores de milagres e buscadores do velôco de ouro. Estes cavalheiros, que têm especial preferência por aquecer as mãos no fogo da questão nacional, não devem ser admitidos nas fileiras do movimento operário. Nem o mais mínimo compromisso com o imperialismo, seja fascista ou democrático! Nem a mais mínima concessão aos nacionalistas ucranianos, sejam clerical-reacionários ou liberal-pacifistas! não à “frente popular”! Completa independência do partido proletário como vanguarda dos trabalhadores!

Esta, acho eu, a política correta para a questão ucraniana. Falo aqui pessoalmente e em meu próprio nome. Cumpre abrir a discussão internacional sobre o tema. O primeiro lugar nesta discussão corresponderá aos marxistas revolucionários ucranianos. Escutaremos-los com grande atenção. Mas convém-lhes apressar! Resta pouco tempo para preliminares!

Notas:

- [1] A questão ucraniana. *Socialist Appeal*, 9 de Maio de 1939, onde se intitulava “O problema da Ucrânia”. A política que propõe está muito mais explicada em *Escritos*, Tomo XI (1939-1940).
- [2] No verão de 1922, surgiram desavenças sobre a maneira em que a Rússia controlava as repúblicas não russas da Federação Soviética. Stalin estava por apresentar uma nova Constituição, muito mais centralista que a sua predecessora de 1918, que restringiria os direitos das nacionalidades não russas transformando a Federação de Repúblicas Soviéticas numa União Soviética, ao qual se opunham com toda a força georgianos e ucranianos. Lenin, desta vez, apoiou Stalin; em Dezembro de 1922, depois de receber o relatório de uma comissão de inquérito independente que tinha enviado à Geórgia, mudou de opinião sobre os acontecimentos nessa região. Propôs então que os direitos dos georgianos, ucranianos e outras nacionalidades não russas eram mais importantes que as necessidades de centralização administrativa que aduzia Stalin. Lenin exprimiu esta opinião no seu artigo “A respeito do problema das nacionalidades ou sobre a “autonomização”” (*Obras Completas*, T. 36).
- [3] Taras Shevchenko (1814-1861): poeta ucraniano que chegou a ser considerado o pai da literatura nacionalista do seu país. Fundou uma organização para promover a igualdade social, a abolição da escravatura, etc. Continua a ser o símbolo das aspirações e fins do povo ucraniano. *Kobzar* foi o seu primeiro livro de poesias (publicado em 1840), considerado geralmente como uma das maiores obras da literatura ucraniana. O título foi tomado de um antigo instrumento de corda e simboliza a variada herança ucraniana.
- [4] Pavel Skoropadski (1873-1945): general do exército czarista, em 1918 foi durante um breve período o governador títere da Ucrânia quando as tropas alemãs ocuparam o país e dissolveram a Rada. O seu regime caiu logo após a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Simom V. Petlura (1877-1926): foi social-democrata de direita antes da Revolução. Em Junho de 1917, foi designado secretário geral para assuntos militares da Rada ucraniana. Aliou-se com a Polónia na guerra soviético-polaca de 1920.

Argentina

Preparemos já uma grande luta nacional para derrotar o ataque mais violento às condições de vida dos últimos anos

Nos dois últimos meses, se desatou um golpe inflacionário que fez retroceder bruscamente o poder aquisitivo da população. De quanto foi esse impacto? 20%, 30%, 40%? E somente no verão é que devemos somar o que foi perdido durante o ano passado. A consequência é que deixamos de comer, ou comemos pior, ou não conseguimos para o aluguel, ou temos de deixar a roupa ou os remédios, ou tudo junto. Assim é como nós podemos medir a dimensão do golpe que recebemos e como a maioria da população se empobrece, vendo cada vez mais distante a satisfação das necessidades vitais.

Já não sabemos se os preços se reajustam para alcançar o dólar ou o dólar se ajusta para alcançar os preços, o que é certo é que nosso salário ou a aposentadoria têm menor poder aquisitivo.

Nem todos perdem com a inflação. Poderosos empresários marcam e remarcam os preços para embolsar lucros gigantes. Não há discurso, reto, ameaça, acordo ou controle que os detenha. São eles os que impõem a lei.

O governo com seus congelamentos, preços sugeridos, cuidados ou acordados, fracassou enormemente em conter a inflação. Dois em três apelam aos meios de comunicação para acusar os supermercados ou aos empresários dizendo-lhes que irão matar a “galinha dos ovos de ouro” e reclamam aos cidadãos que cuidem de seus bolsos, que não se deixem roubar. Eles sabem – ou deveriam saber – quem fica com os grandes lucros, quem incha os preços e empobrece os bolsos populares. Ameaça às empresas que realizam “práticas desestabilizadoras”, mas são as mesmas práticas de sempre, por que não toma medidas concretas e definitivas contra os desestabilizadores? Porque o governo defende com rigor a propriedade privada e esta é uma fronteira, seu limite, que lhe impede de tomar as medidas que corresponderia.

A história se repete, cada vez que aumenta a demanda de produtos na economia, como resultado de um reajuste dos salários das massas, ou pelo incremento dos trabalhadores ocupados, os capitalistas lutam por apropriar-se desses salários, elevando seus preços o mais que podem. Com uma economia altamente monopolizada nos principais rótulos, os capitalistas não têm temor à concorrência, (e quando há várias empresas em um setor, não têm problemas em se colocar de acordo para manter elevados preços e não deixar cair sua rentabilidade).

A única resposta, imediata, que temos para defender nossas condições de vida é exigir um reajuste de salários e aposentadorias para todos os trabalhadores, que reponha o poder aquisitivo perdido, já! Sem mais demoras. E exigir o pagamento do salário mínimo igual ao custo de manutenção de uma família, para todos! Que se reajuste todos os meses, segundo os índices reais de inflação. Não podemos esperar que se abram as paritárias, devem abrir-se já!

Somente a classe operária pode impor às empresas a aber-

tura de todos seus livros, para poder constatar o quanto ganharam realmente, quando evadem, como formam seus preços, qual é o entrelaçamento entre os distintos grupos capitalistas e os bancos. E impor o controle operário coletivo, decidindo o que produzir, como, a que preços. Para impedir as manobras de desabastecimento, a especulação e o parasitismo dos capitalistas. Já vimos que os governos capitalistas são incapazes de reverter o caos e a anarquia na economia. Não é o cidadão individualmente, como consumidor, que pode controlar os empresários. São os trabalhadores, de conjunto, que devem tomar em suas mãos a solução dos problemas.

As medidas parciais, às vezes improvisadas e desesperadas, que adota o governo, se esgotam e não têm como sair das encruzilhadas em que se encontra, a não ser ajustando a economia contra as massas. Aumentando tarifas e preços dos que é responsável e não pode culpar ninguém. Porque os números da economia já não se fecham faz alguns anos. Pior ainda, a crise econômica mundial ingressa em uma etapa em se descarregam mais abertamente suas consequências sobre nossos países. O golpe inflacionário, juntamente com a elevação das taxas de juros, provocará uma retração na economia, que acelerará as demissões e suspensões, se não brecarmos os capitalistas.

O governo reclama um endurecimento das leis e medidas contra os que apelam para as medidas de ação direta para fazer valer suas reivindicações, exigindo o golpe miserável contra os processados em Las Heras. Aproveitou seu discurso de abertura das seções legislativas para voltar a criticar os professores que apenas reclamam o necessário para cobrir a metade do custo de manutenção de uma família.

O governo, que vê fracassar boa parte de seus postulados, paga a Repsol, tenta conseguir com o Clube de Paris, busca um acordo com os fundos abutres, pagou os processos perdidos no Ciadi e começou a reabilitar os índices de inflação do Indec, apontando a recompor as relações com o capital financeiro internacional, para “romper o isolamento do mundo” como dizem os economistas e jornalistas servis (tanto oficialistas como opositores). O objetivo: ter acesso a novos empréstimos, a nova dívida externa, para cobrir o déficit de divisas, para poder liberar importações e o pagamento de dividendos das multinacionais à suas matrizes.

O governo, que proclamava aos quatro ventos sua independência dos centros financeiros, se ajoelha diante deles, aceitando suas condições para voltar a se endividar, a taxas de juros muito elevadas. Em defesa da soberania nacional, não queremos nenhuma “ajuda” do capital financeiro, nenhum endividamento novo, nenhum investimento de sua parte. E exigimos que se deixe de pagar a dívida externa, fraudulenta, que é uma sangria insuportável de recursos.

Todas as frações da burocracia estão comprometidas com as grandes patronais em não agitar a questão salarial, nem a

inflação, nem as paritárias, como se tudo transcorresse em um mar de tranquilidade, para não provocar raiva dos trabalhadores. Mesmo assim diversos setores de trabalhadores procuram tomar a luta em suas mãos, sem esperar as convocatórias dos burocratas, que nunca chegam. Esse é o caminho a percorrer para recuperar todos os sindicatos e as centrais, CGT e CTA em uma única central dos trabalhadores.

O caminho é organizar-se a partir das bases, promovendo a mais ampla unidade, com assembleias e pronunciamentos,

Chile

A política de conciliação de classes, sustentada por mais de 80 anos pelo PC e PS, se junta hoje no governo de Bachelet, na aliança com a Democracia Cristã

Nos dias 22 e 23 de fevereiro, realizou-se, no Chile, um Encontro para preparar a Escola de Quadros, com a presença de um delegado do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI).

O Encontro transcorreu tendo por base o Boletim Internacional, preparado para o aniversário de 40 anos do golpe militar. A sua discussão se vinculou à situação política atual, caracterizando o governo de Bachelet, que assumirá nos próximos dias, e o papel do Partido Comunista, integrado na frente “Nova Maioria”, que venceu as eleições. Também dedicou uma parte da jornada para debater a estrutura de classes no Chile e esboçar sua história. Colocou em discussão as experiências do trotskismo chileno, embora tenha aparecido na década de 30, não conseguiram se consolidar. É uma grande vantagem em nosso trabalho não contar no Chile com os aparatos centristas e revisionistas do trotskismo, que operam em outras latitudes.

O Partido Comunista tem sido, há mais de 80 anos, o pior inimigo da classe operária, trabalhando conscientemente para impedir sua independência política, contribuindo dessa forma para sua submissão à burguesia e ao imperialismo.

Em 1922, o Partido Operário Socialista se transformou em Partido Comunista do Chile. Nos anos anteriores, ocorreu um processo importante de lutas operárias e de crescimento dos sindicatos, que jogaram um papel destacado. Mas, em 1920, nas eleições presidenciais, se apoiou, assim como a Federação de Operários do Chile (FOCH), o candidato liberal Arturo Alessandri, que pactuou com a burguesia agrária latifundiária.

Desde o início dos anos 30, o Partido Comunista se estaliniza, adotando abertamente uma política revisionista etapista, de colaboração com a burguesia “progressista”, em aliança com o Partido Socialista, que se fundou em 1933. Sua política de Frente Popular, de aliança com partidos da burguesia, se materializará na Frente que ganhou as eleições em 1938, levando à presidência Aguirre Cerda (a primeira frente popular da América Latina) sobre a base do respeito à ordem, à Constituição e às leis. A burguesia começava a reconhecer na Frente Popular um meio para defender seus interesses mais gerais nos momentos mais críticos da luta de classes.

Estes são os antecedentes de uma política persistente que

para sair em luta todos juntos, buscando como centralizar e coordenar nossas reivindicações, para defender os postos de trabalho, para acabar com a precarização dos postos de trabalho, para impor o salário mínimo igual ao custo de manutenção de uma família, \$10.000 na Capital e Grande Buenos Aires, e mais de \$15.000 nas províncias patagônicas.

(Extraído do Jornal Massas, nº 284, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina).

levará à conformação da Unidade Popular, em 1970, em uma etapa de enorme agudização das contradições capitalistas, de radicalização política das massas. A UP tratou de expressar em termos eleitoralistas esse ascenso da luta das massas, para desviá-las de seu curso, para bloquear a aspiração popular de subverter a ordem burguesa. Essa experiência frentepopulista levou a maior tragédia dos explorados no Chile, uma das derrotas políticas mais importantes da classe operária internacional.

A maioria da esquerda alimentou as ilusões na via pacífica para o socialismo, que por meio de leis, reformas e sucessivos triunfos eleitorais se poderia transformar a estrutura do País. O Partido Comunista foi o ator mais consciente e consequente dessa frente, foi o principal responsável juntamente com Allende e o PS por essa derrota. Sua política de colaboração de classes desarmou politicamente a vanguarda preparando o terreno para o triunfo da direita mais recalcitrante.

O que contribui hoje o PC para a frente “Nova Maioria”? O PC não fez parte da Concertação (Concertação de Partidos pela Democracia, fundada em 1988 como Concertação de Partidos pelo NÃO). O PC foi incorporado agora à Frente que adota o nome de “Nova Maioria”. O Partido Comunista não tem a influência na classe operária como teve em outras épocas, não organiza os sindicatos, no entanto controla setores de professores e saúde. Joga um papel importante para dividir as lutas, as mobilizações, para desfigurá-las. É este talvez o capital mais importante que o PC adquire no novo governo. Poderá jogar seu papel de colaboração de classes com maior eficácia, atuando a partir do governo.

Também pela perda de ilusões na Concertação, esta necessitava limpar a cara, aparecendo como uma frente vinculada à esquerda com suas experiências anteriores. Pretende também que com o ingresso do PC se poderia alcançar a vitória no primeiro turno e conseguir uma massa maior de votantes.

Em seu Congresso de 2001, o Partido Comunista caracterizava que o processo democrático iniciado depois da substituição de Pinochet foi produto da uma “saída pactuada entre o pinochetismo e a Concertação, sob o auspício imperialista que limitou desde seu início os alcances e a profundidade do

processo democratizante pós ditatorial”. “O novo bloco de classe no poder, sob novas formas de dominação, **consolida a essência do processo transnacional**. Procura-se **estabelecer um sistema político mais reacionário**, que assegura a estabilização indefinida do capitalismo em nosso país. **Essa é a função principal que acabou por assumir os governos da Concertação**”. (os grifos são nossos).

O PC reclamou seu ingresso na Concertação, e conseguiu. A Concertação, agora chamada “Nova Maioria”, mudou seu caráter? No essencial nada foi mudado, conserva todos os aspectos que o PC denunciava em 2001, quando estava fora.

No documento mencionado dizem: “*Nós comunistas nos pronunciamos por alcançar um regime democrático real, não submetido à tutela militar, nem aos poderes imperiais e empresariais. Postulamos a **Nova Maioria Nacional** como uma força política e social, pluralista, e multiclassista, que se constrói na ação, pelos operários, trabalhadores, camadas médias da cidade e do campo, (...) empresários não monopolistas, (...) membros das Forças Armadas e da ordem, e a juventude, isto é, todos os afetados pelo domínio multinacional e pela aplicação do modelo neoliberal. Não se trata da simples maioria numérica e passiva. Refere-se à maioria ativa, participe de um processo que construa uma correlação político-militar favorável à mudança revolucionária*”.

O Partido Comunista trabalhou duramente desde 2011 para sua inclusão na Concertação e levou como moeda de troca o papel que jogavam as hoje deputadas Camila Vallejos e Carol Cariola, que tiveram um papel de direção da luta estudantil, ao tentar mudar o conteúdo dessa luta, além de pretender tirá-la das ruas.

Antes das eleições, Bachelet e Tellier (presidente do Partido Comunista) se reuniram com David Rockefeller no Centro Financeiro de Nova York, em uma recepção patrocinada pela empresa mineira Barick Gold. Além disso, participaram do encontro empresas tais como Citybank, JP Morgan, e Nestlé;

Venezuela

O fundamental da crise venezuelana

Tudo indica que a oposição direita vem se fortalecendo. O acatamento de milhares e milhares de venezuelanos à convocação do partido Vontade Popular (VP) de ganhar as ruas para depor Nicolás Maduro o demonstrou.

Leopoldo Lopes está preso por incitar à violência e ao golpe. Várias foram as mortes de ambos os lados nos choques do dia 12 de fevereiro. No entanto, os estudantes continuam firmes em seu confronto com o regime chavista. Observa-se que vem se somando à pequena-burguesia um contingente de populares.

Da prisão, Lopes continua a dar voz de comando e a orientar seus partidários. A deputada Maria Corina Machado e o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, assumiram a linha de frente dos defensores da derrubada de Maduro.

À primeira vista, parece uma aventura da direita. O governo chavista conta com amplo apoio da população. Não há movimento de insubordinação nas Forças Armadas. O parlamento se mantém sob a rédea do PSUV. E as milícias chavistas estão ativas. A Mesa Unidade Democrática (MUD), que congrega eleitoralmente a oposição, está dividida quanto à ofen-

onde puderam ouvir a candidata Bachelet elogiar seu ex-ministro Andrés Velasco em sua exitosa gestão econômica, que favoreceu essas grandes empresas em detrimento do País e da grande maioria explorada e oprimida submetidas ao grande capital multinacional. Isto é o estalinismo, servil defensor do capitalismo na época do modelo neoliberal, que chegou a limites inacreditáveis.

O governo que surgiu das eleições tem a debilidade do baixo respaldo eleitoral. A abstenção de 60% do eleitorado foi um golpe duríssimo. É necessário dizer com toda clareza que o governo Bachelet será um governo burguês, que defenderá como princípio a grande propriedade privada, e será, portanto, também um governo pró-imperialista. Como tal não resolverá nenhum dos grandes e graves problemas da população, e se chocará com as massas como já aconteceu no passado.

A mais alta abstenção ocorreu nas comunidades mais pobres do país, que nada esperam do novo governo. A nomeação de uma subsecretária da Educação com vínculos com a escola privada gerou um rechaço e foi obrigada a renunciar antes de assumir.

É um anúncio de que as lutas virão. Porque as massas continuarão buscando nas ruas a solução de seus problemas e não darão tempo que o governo diz necessitar. A enorme luta estudantil deu expressão à população empobrecida. É necessário organizar-se para luta para impor todas as reivindicações. Avançar com a organização sindical, superando o isolamento.

O Encontro debateu a necessidade de realizar uma campanha para assinalar desde já qual será o papel que vem a cumprir o novo governo e como nos devemos preparar para enfrentá-lo. E, fundamentalmente, se discutiu como dar os passos necessários para avançar na construção do POR, como parte do processo de reconstrução da Quarta Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista, que estamos levando adiante a partir do CERQUI.

siva das ruas liderada por Lopez. Henrique Capriles, eleito governador, dirige sua fração, sobretudo, pela via institucional (oposição eleitoral que não apregoa a imediata derrubada do governo). Lopez e Capriles estão unidos, mas se diferenciam quanto à oportunidade de mobilizar suas bases de classe média e alta para depor Maduro.

Apesar das condições políticas ainda serem adversas à oposição, esta tem se fortalecido. As mudanças na correlação de forças jogam a seu favor, distintamente de quando Hugo Chávez tomou a liderança da Venezuela em 1998 por meio das eleições presidenciais e as massas nas ruas derrotaram os golpistas em abril de 2002. O crescimento da economia mundial do período permitiu ao caudilho reestruturar as relações políticas no seio do Estado, estabelecer uma ampla base de apoio popular, acantonar a oposição, disciplinar os sindicatos e tensionar os conflitos com os Estados Unidos. Chávez morreu no momento em que a situação econômica e política da Venezuela se tornavam adversas. Maduro herdou o regime chavista em declínio.

O declínio tem por base o esgotamento do nacionalismo bolivariano, denominado impropriamente de “Socialismo do

Século XXI”. Sob as circunstâncias favoráveis da economia mundial, foi possível a Chávez realizar estatizações, quebrar o monopólio das comunicações e implantar limitadas reformas sociais. Um de seus feitos mais significativos foi o de controlar os recursos do petróleo, destinar uma parcela para o assistencialismo e subsídios.

O fundamental, no entanto, está em que o capitalismo continuou em pé. As estatizações não modificaram as relações de produção, de propriedade e de classes. Foram medidas de capitalismo de estado. As tão elogiadas reformas sociais e a tal da política de proteção dos mais pobres não tocaram na exploração do trabalho e na acumulação de capital. Foram e são medidas de assistencialismo burguês, mais do que verdadeiras reformas sociais.

E o anti-imperialismo chavista? Os Estados Unidos estiveram por trás do golpe de 2002, das sabotagens ao regime, da estruturação da nova oposição burguesa (os velhos partidos se decompuseram), do incentivo à sublevação da classe média e da sistemática campanha mundial de falsas denúncias, deformações e mentiras (imprensa, direitos humanos, eliminação de direitos políticos, etc.) Esse ponto também deve ser bem esclarecido. Os fatos mostram que o regime e as medidas tomadas por Chávez e mantidas por seu sucessor não são admitidas pelos Estados Unidos.

O imperialismo não convive bem com nenhum regime nacionalista das semicolônias. Mesmo os mais caricatos, como é o caso do bolivarianismo chavista, são combatidos pelas potências. A América Latina é plena de exemplos de conflitos do nacionalismo burguês com os Estados Unidos. Via de regra, concluíram com golpes militares. Basta citar o golpe fascista no Chile.

É preciso explicitar o fundamental da divergência. O nacionalismo limita a intervenção e o controle das potências sobre a semicolônia. O imperialismo atua por cima das fronteiras nacionais. Não pode admitir que a burguesia da nação semicolonial limite sua ação. O nacionalismo surge e se potencia entre as massas justamente porque se apresenta como a via para disciplinar o saque e proteger a soberania do país. Apresenta-se sob a bandeira de defesa nacional. Mas tem em comum com o imperialismo a defesa das relações capitalistas de produção e a condenação da luta de classes.

Observa-se que os governos nacionalistas submetem os sindicatos e reprimem duramente o movimento de reivindicação do proletariado. Necessitam da chamada “união nacional”. Caso não consigam impor essa condição, não têm como governar. Internamente, a fração da burguesia nacional vinculada ao imperialismo lhe fará inflexível oposição. Externamente, as potências imporão um cerco econômico. As medidas nacionalistas, por mais mesquinhas que sejam, serão combatidas pelo capital internacional, com todos os meios possíveis e de acordo com as condições políticas.

O governo nacionalista enfrenta contradições distintas, mas interligadas. Consistem na opressão nacional e na opressão de classe. Não pode se apoiar na luta de classes contra o grande capital. E não pode avançar as nacionalizações além de setores bem determinados. O movimento operário sob suas bandeiras socava tanto as posições do nacionalismo quanto as do imperialismo. Ao contrário, estando submetido ao nacionalismo (à

“união nacional”), não tem como levar adiante a luta anti-imperialista. O nacionalismo é incapaz de enfrentar e superar a opressão nacional. Mas é capaz de por um período amordaçar o movimento operário por meio das direções burocrático-nacionalistas e por meio da repressão.

As bases materiais capitalistas e o desenvolvimento histórico da semicolônia criam as condições para o surgimento do nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Aí se encontram as particularidades econômicas e políticas do nacionalismo. Se se tem constituída uma burguesia nacional mais desenvolvida, uma de suas frações pode se colocar pela industrialização. Não aguarda as decisões do capital internacional de promover a penetração industrial. Dada à debilidade da burguesia nativa, o Estado se coloca como industrializante. Mas nos países em que a burguesia é extremamente débil as fontes de matérias-primas se destacam como área de conflito com o imperialismo. O Estado deve, também nesse caso, ter o seu controle. A soberania é evocada quase que exclusivamente em torno das matérias-primas.

Não é aqui nosso objetivo entrar nas particularidades. Apenas acrescentamos que em todos os casos as fontes de matéria primas impulsionam o nacionalismo. E que os países de capitalismo extremamente atrasado, nos quais as formas pré-capitalistas conservam um peso significativo, o nacionalismo considera a tarefa da industrialização muito além da capacidade do país. Conforma-se em ocupar na divisão internacional do trabalho o lugar de fornecedores de matérias-primas e de importadores de manufaturas. Sua burguesia é praticamente compradora. O nacionalismo pequeno-burguês tende a ganhar expressão nestes casos.

Há que se acrescentar a importância das Forças Armadas. Nas condições de ascensão do nacionalismo, os militares passam a ser uma força política ativa e de primeira linha. A fração burguesa que levanta a bandeira da defesa nacional não pode dar um passo à frente sem que as Forças Armadas assumam a condução do país. Quanto maior for a unidade em suas fileiras, mais estável é o governo. Está aí por que os regimes nacionalistas para se imporem diante do proletariado e para pleitearem concessões ao imperialismo assumem feições autoritárias, uma espécie de “bonapartismo sui generis” (como constatou Trotsky).

É necessário compreender o fenômeno do chavismo no âmbito das experiências com o nacionalismo na América Latina. A despeito do quixotesco rótulo de Socialismo do Século XXI e da “Revolução Bolivariana”, a Venezuela se encontra sobressaltada pela exaustão e falência do nacionalismo que perdura por mais de 15 anos. As estatizações pagas a preço de ouro já não podem prosseguir. As reformas sociais (melhora nos índices de analfabetismo, nos de saúde, etc.) e os subsídios destinados à cesta básica tropeçam em dificuldades orçamentárias. O governo já não tem a folga econômico-financeira de antes.

Ao assentar sua “Revolução Bolivariana” nos limites da propriedade capitalista dos meios de produção e se ater diante do capital financeiro, permitiu que os setores da burguesia venezuelana opositora e disposta a seguir as orientações da Casa Branca sabotassem sistematicamente as ações governamentais. Estatizações e parcerias com o capital multinacional nas quais o Estado é majoritário, foram feitas, mas o controle da economia

em última instância permanece nas mãos dos capitalistas. O capital comercial e agrolatifundiário está em posição de ofensiva. Busca atingir o que é de mais sensível à população, que é o abastecimento. Os recursos para importação e para subsídios estão limitados pelas leis econômicas de funcionamento do capitalismo.

Os Estados Unidos têm uma arma poderosa. Como maior importador de petróleo e com as multinacionais operando na Venezuela, em nenhum momento deixou de influenciar nos acontecimentos por meio desse instrumento. O nacionalismo chavista fez progressos com as estatizações dos consórcios multinacionais de exploração no Rio Orinoco, mas lhes indenizou. Por essa via, logo indicou que não objetivava impor o monopólio estatal do petróleo. A diretriz chavista foi a de tornar as multinacionais sócias minoritárias e centralizar a PDVSA. Os interesses fundamentais das petroleiras foram garantidos. Os Estados Unidos e seus sócios imperialistas europeus não gostaram. Mas não viram grave ameaça a seus negócios, nem um golpe na sua capacidade de sabotagem econômica.

A oligarquia agrária ficou alvoroçada com as primeiras medidas de desapropriação de terras. O imperialismo inglês armou uma campanha contra a reforma agrária. A penetração do capital estrangeiro na economia agrária do país poderia ser ameaçada caso o campesinato se lançasse pela expropriação revolucionária. O que não aconteceu. A luta de classes no campo não sofreu grandes alterações. As suas lideranças se perfilaram por detrás do nacionalismo. Está claro que por iniciativa do governo não haverá a reforma agrária. A Lei da Terra e Desenvolvimento Agrário (2001) perpetua a concentração latifundiária. Um único proprietário não pode deter mais de cinco mil hectares. Até esse teto, os latifundiários estão protegidos. As desapropriações somente poderão ocorrer em caso de se comprovar que as terras estão sendo mantidas improdutivas. Mesmo assim, mediante indenização. A Lei prevê impostos progressivos.

Ao preservar a grande propriedade nas mãos dos latifundiários, agroindustriais e banqueiros, manteve-se o velho poder da oligarquia venezuelana. Os assentamentos e cooperativas nem de longe modificam a concentração fundiária (75% das áreas agricultáveis estão sob o controle da oligarquia). As estatais agrícolas subsidiadas pela PDVSA não rompem as travas que obstaculizam o livre desenvolvimento das forças produtivas agrárias da Venezuela. O que os socialistas do século XXI mais temem é provocar uma ruptura com a oligarquia agrária. Aí teria um inimigo feroz, aliado do imperialismo. Os camponeses devem se contentar com as desapropriações de terras ociosas, apoiar as ricas indenizações e contar com algum financiamento subsidiado. Está claro que até aí chegou a reforma agrária da Revolução Bolivariana.

Venezuela conserva tarefas democráticas não realizadas, típicas do capitalismo atrasado. Entre elas, a reforma agrária. A classe dominante, sob a orientação do imperialismo, passou a responder desde

os anos 60 às aspirações dos camponeses com os minguidos assentamentos. Apresenta-os como se fosse uma reforma agrária. Os assentamentos são uma válvula de escape para a luta de classes no campo. É sintomático que a política agrária do chavismo não difere na essência da formulada e praticada pela Ação Democrática (AD, 1959 a 1968). Planejam-se assentamentos. Estipulam-se fartos financiamentos aos latifundiários e parques, aos camponeses. Assim como fracassou a diretriz de coexistência complementar e pacífica entre a grande propriedade e a pequena da AD, está fracassando a do PSUV (ou melhor, a do caudilho Chávez).

Os dados apresentados pelo governo e pelos partidários do chavismo são consideráveis (educação, saúde, taxa de mortalidade, aposentadoria, alimentação, salário mínimo, etc.). Organismos do imperialismo (FAO, OEA, etc.) aplaudiram a inclusão social venezuelana. Mas não se pode atribuir maior valor do que tem. Ficou demonstrado que o pouco que um governo burguês faça na distribuição de riqueza produzida pelo proletariado e pelos camponeses pode mudar alguns centímetros na situação de pobreza, miséria, atraso cultural, etc. Mas não muda em nada a brutal exploração do trabalho e a opressão sobre os camponeses. Os capitalistas venezuelanos continuam se enriquecendo e os explorados empobrecendo. Essa lei econômica não pode ser alterada por nenhuma medida reformista. As vantagens apresentadas pelo chavismo são provisórias. Logo mais, com a troca de governo ou mesmo sob o de Maduro, virão os retrocessos, caso a classe operária e os camponeses não se levantem unidos contra a burguesia e o imperialismo.

O chavismo ainda conta com apoio da maioria da população. As massas pobres e miseráveis garantem a existência do regime esgotado em sua capacidade de continuar avançando as estatizações, as desapropriações, os assentamentos, as medidas populares e o assistencialismo. Maduro somente poderá neutralizar e dissipar a ofensiva da oposição que se fortalece se recorrer às massas e der passos mais arrojados contra o imperialismo, a oligarquia latifundiária, os banqueiros e os grandes comerciantes. Não parece disposto a aprofundar o choque

interburguês e abrir caminho para a luta de classes. Os gritos histriônicos contra a ingerência dos Estados Unidos e contra o golpismo da direita não tem sustentação. As condições econômicas da Venezuela se tornaram adversas.

As bandeiras da oposição contra o autoritarismo e pela democracia não sensibilizaram os explorados. Serviam estritamente à classe média, particularmente a uma parcela dos estudantes. A campanha do imperialismo pelos direitos humanos, liberdade de expressão e manifestação se desfez a cada demonstração do chavismo de que os fundamentos da democracia formal (burguesa) são mais avançados que no restante dos países semicoloniais, em especial diante dos países latino-americanos. O imperialismo sempre teve as portas abertas para fiscalizar os pleitos eleitorais, os plebiscitos e as consultas.

Boletim do
**Comitê de Enlace pela
 Reconstrução da
 IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Março de 2014 - R\$ 4,00

**A crise mundial arrasta
 a América Latina.
 É necessário preparar a
 resistência operário-camponesa**

**Confirmam-se os prognósticos da
 IV Internacional sobre a política
 do CNA na África do Sul:
 Mandela cristalizou a traição**

**A experiência eleitoral da FET na
 Argentina mostra como o centrismo
 se adapta à democracia burguesa**

**Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina
 Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista**

As massas venezuelanas tiveram suas ilusões democráticas revigoradas com o chavismo. Em outras democracias semicoloniais, impera o desencanto com os partidos, os parlamentos e os governos.

Agora, os direitistas e pró-imperialistas se valem do desaranjo econômico. Por essa via, certamente ampliarão suas forças. A alta inflação, a falta de produtos básicos, a disputa para se comprar o necessário e o crescimento da marginalidade são explosivos. Atingem precisamente os assalariados, os informais, os pobres e miseráveis. Se o governo não dominar a inflação, o confisco salarial se tornará o maior inimigo do regime chavista. O controle administrativo dos preços das mercadorias básicas não se mantém no tempo. Todo edifício montado pelo Socialismo do Século XXI ruirá com a desenfreada alta dos preços. A inflação é um sintoma dos desequilíbrios econômico-financeiros do capitalismo. A crise aberta em 2008 rompeu as comportas que represavam a inflação nos países semicoloniais. A Venezuela está sob o fogo do capital financeiro internacional. Os comerciantes ganham confiança em seu trabalho de sabotagem.

Nos embates iniciados no dia 12 de fevereiro, se evidenciou o enfraquecimento do governo. Teve de justificar a repressão policial e a intervenção das milícias. Leopoldo Lopes e Maria Corina se mostraram ofensivos, petulantes e confiantes. Apoiam-se nas dificuldades econômicas e nos seus efeitos negativos contra as bases chavistas. Contam com a retaguarda de Obama. E apoiam-se no esgotamento do nacionalismo bolivariano. A tentativa de cercar Maduro mobilizando a OEA indica que os Estados Unidos avaliam que o regime está com flancos abertos.

A esquerda centrista repudiou a repressão desfechada pelo governo e suas milícias aos partidários de Lopes. Não se trata de condenar a dura reação do regime chavista. Mas de dizer o que expressa. Trata-se da repressão ao movimento da pequena-burguesia urbana, cuja direção encarna os interesses do grande capital e do imperialismo, evidentemente. Os instrumentos e os métodos de reprimir as massas de classe média são os mesmos que os aplicados contra o proletariado. A polícia e as Forças Armadas do governo nacionalista são os braços repressivos que garantem sempre a ditadura de classe da burguesia. As milícias e os grupos de autodefesa do chavismo são corporativos e paramilitares. O povo não está armado. E somente com seu armamento se pode enfrentar a reação pró-imperialista. Somente com os métodos da classe operária, que expressa o programa revolucionário, se dissolverá o movimento contrarrevolucionário. Denunciamos o governo não por ter reprimido os partidários de Lopez, mas por se valer dos instrumentos da ditadura de classe da burguesia.

As rachaduras nas bases populares do regime tendem a aparecer. Há descontentamento entre os explorados. Algumas das reivindicações dos estudantes opositores foram extraídas das condições de existência dos explorados. A corrosão inflacionária dos salários, o desabastecimento e a criminalidade são sentidos muito mais pelas massas oprimidas do que pela classe média abastada. Era para a classe operária estar nas ruas liderando o movimento pelas bandeiras dos explorados. Mas esta se encontra amordaçada pela burocracia chavista. As manobras das direções opositoristas burguesas e pequeno-burguesas em expressar as necessidades dos explorados não podem ser desmascaradas politicamente pelo governo. O recurso que lhe resta é o da denúncia de que se trata de um movimento

golpista e o da repressão policial.

Porta-vozes do chavismo dizem que os confrontos de fevereiro retratam a luta de classes emergindo nas ruas: de um lado a classe média encarnada pela juventude estudantil e de outro os trabalhadores e pobres da periferia que apoiam o governo Maduro e o aprofundamento das mudanças sociais. Também dizem que o povo unido e as Forças Armadas bolivarianas aprofundarão o “caráter revolucionário do processo bolivariano”.

Todo grande conflito social reflete a luta de classes. Mas, no caso da Venezuela, de maneira deformada. A classe operária está ausente nos embates de rua. Os camponeses se acham distante dos confrontos urbanos. As massas exploradas dispersas defendem o regime chavista em função das reformas sociais e do assistencialismo. Não vão às ruas com suas próprias bandeiras. Não tomam em suas próprias mãos as soluções. Não identificam a burguesia exploradora e a oligarquia opressora, que estão acobertadas pela política nacionalista do bolivarianismo. As Forças Armadas não deixaram de ser uma criatura da burguesia. É um crime dos chavistas identificá-las como aliadas do povo. Assim que a crise avançar e o governo perder o controle da luta de classes - com o proletariado tomando a iniciativa e com os camponeses descobrindo que foram enganados -, as Forças Armadas se despirão do raquítico nacional-reformismo e se mostrarão por inteiro como instrumento do grande capital.

As ilusões na possibilidade da conquista do poder pela via democrática, da constituição de um “poder popular”, da realização de um período de reformas econômico-sociais e da transição para formas socialistas sem destruir o Estado como órgão da ditadura de classe da burguesia vêm sendo alimentadas pelo chavismo. Não por acaso, comparam Hugo Chávez com Salvador Allende, do Chile. Essa via é a da traição à classe operária, aos camponeses e demais oprimidos. A oligarquia, o imperialismo e a fração da classe média reacionária têm tudo para fortalecerem suas posições. A submissão dos explorados ao governo burguês de Chávez/Maduro e as ilusões na democracia burguesa os impedirão de enfrentar a reação com o programa revolucionário e com os métodos da luta de classes. Nisso consistiu a tragédia chilena e a grande lição histórica para o proletariado latino-americano e mundial.

É necessário enfrentar as forças contrarrevolucionárias e o nacionalismo decomposto com o programa da revolução e ditadura proletárias. O que exige construir o partido marxista-leninista-trotskista na Venezuela. Não se pode fazer nenhuma concessão às imposturas do bolivarianismo. Não se pode pretender empurrar o regime chavista para que tome medidas revolucionárias. A oposição centrista que esconde o caráter de classe do governo de Chávez/Maduro e que não desenvolve a estratégia do governo operário e camponês ficará à margem dos grandes embates que estão por vir. São reles oportunistas que fazem oposição se adaptando ao regime.

A situação econômica e a crise política exigem que a classe operária tome a frente das lutas com seu programa de reivindicações, que se levante como força independente e organizada contra a burguesia e o imperialismo. Sem dúvida, se a luta de classes tomar esse caminho, os explorados se confrontarão com o regime chavista, que mostrará que o nacionalismo serve à burguesia e que o regime chavista em seu fundamento exerce a ditadura de classe da minoria burguesa contra a maioria explorada e oprimida.